ACORDO DE COOPERAÇÃO E FACILITAÇÃO EM MATÉRIA DE INVESTIMENTOS ENTRE A REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL E O REINO DE MARROCOS

A República Federativa do Brasil

e

o Reino de Marrocos,
doravante denominados como as "Partes" ou, individualmente, como "Parte",

Desejando reforçar e aprofundar os laços de amizade e o espírito de cooperação contínua entre as Partes;

Almejando estimular, racionalizar e apoiar investimentos bilaterais e intensificar sua cooperação econômica de acordo com o interesse mútuo das Partes;

Reconhecendo o papel fundamental do investimento na promoção do desenvolvimento sustentável, do crescimento econômico, da redução da pobreza, da criação de empregos, da expansão da capacidade produtiva e do desenvolvimento humano;

Considerando a importância de promover o investimento sustentável e a transferência de tecnologia e *know-how* para atingir os objetivos de crescimento e desenvolvimento sustentável;

Convencidos de que os objetivos do presente Acordo serão alcançados sem prejudicar os direitos das Partes de regular no interesse público;

Entendendo que o estabelecimento de uma parceria estratégica entre as Partes no âmbito de investimentos trará amplos e mútuos benefícios;

Reconhecendo a importância de se fomentar um ambiente transparente, ágil e amigável para os investimentos das Partes;

Estando unânimes que os investimentos de investidores de uma das Partes no território da outra Parte deverão ser realizados de acordo com as leis e regulamentos dessa outra Parte;

Desejando fomentar e fortalecer os contatos entre o setor privado e os Governos das Partes;

Buscando criar um mecanismo de diálogo técnico e de iniciativas governamentais que possam contribuir para o aumento significativo de seus investimentos mútuos;

Acordam o que segue:

PARTE I – Objetivo, âmbito de Aplicação do Acordo e Definições

Artigo 1º
Objetivo

1. O objetivo do presente Acordo é promover a cooperação entre as Partes com o objetivo de facilitar e promover o investimento mútuo.

2. Para cumprir esse objetivo, o presente Acordo estabelece um marco institucional em matéria de facilitação de investimentos e um mecanismo de diálogo, de mitigação de riscos e de prevenção de controvérsias.

Artigo 2º
Âmbito de Aplicação

1. O presente Acordo aplica-se a todos os investimentos realizados antes ou depois de sua entrada em vigor.

2. O presente Acordo não poderá ser invocado para questionar algum litígio resolvido por esgotamento dos recursos internos, quando há proteção da coisa julgada, ou reivindicação relativa a um investimento que tenha sido resolvida antes da entrada em vigor do Acordo.

3. O presente Acordo não poderá limitar os direitos e benefícios que um investidor de uma Parte detenha em conformidade com o direito nacional ou internacional aplicável no território da outra Parte.

4. Se uma questão relacionada aos investimentos for regida simultaneamente pelo presente Acordo, pela legislação nacional de uma das Partes ou por uma convenção internacional da qual ambas as Partes sejam membros, os investidores de outra Parte poderão usufruir das disposições mais favoráveis dessas regras.

Artigo 3º
Definições

1. Para efeitos deste Acordo:

1.1 O termo **"Parte Anfitriã"** significa a Parte em cujo território o investimento foi realizado.

1.2 O termo **"Investimento"** significa um investimento direto, ou seja, todo ativo detido ou controlado, direta ou indiretamente, por um investidor de uma Parte, estabelecido ou adquirido de conformidade com o ordenamento jurídico da outra Parte, no território dessa outra Parte, que permita exercer a propriedade, o controle ou um grau significativo de influência sobre a gestão da produção de bens ou da prestação de serviços no território do Estado Anfitrião.

1.2.1 Entre as formas que o investimento pode tomar estão:

a) as ações, títulos ou outros tipos de participações ("equity") em uma empresa;

b) os bens móveis ou imóveis e outros direitos de propriedade, tais como hipoteca, garantia, penhor, encargo ou direitos e obrigações semelhantes;

c) as concessões conferidas por lei ou por contrato, incluindo concessões de pesquisa, exploração, extração ou explotação de recursos naturais;

d) as obrigações, direitos creditícios e direitos a quaisquer prestações que tenham valor econômico e sejam diretamente relacionados a um investimento;

e) direitos de propriedade intelectual tais como definidos ou referidos no Acordo sobre Aspectos dos Direitos de Propriedade Intelectual relacionados ao Comércio da Organização Mundial do Comércio (TRIPS/ADPIC). Entende-se que os direitos de propriedade intelectual que não sejam relacionados a um investimento de um investidor de uma Parte não são cobertos pelo Artigo sobre Solução de Controvérsias;

1.2.2 Para os fins do presente Acordo e para maior certeza, "investimento" não inclui:

a) títulos de dívida emitidos por uma Parte ou empréstimos a uma Parte ou a uma empresa pública que não opere em condições de mercado;

b) investimentos de portfólio;

c) direitos de crédito decorrentes exclusivamente de contratos comerciais para a venda de bens ou serviços;

d) direitos de crédito com prazo inferior a 3 (três) anos;

e) empréstimos concedidos no âmbito de um contrato comercial, como o financiamento ao comércio;

f) participações de mercado;

g) letras de crédito bancário; e

h) despesas de pré-investimento incorridas pelo investidor antes da implementação operacional do seu investimento no território da Parte Anfitriã.

1.2.3 Nenhuma alteração na forma jurídica em que os ativos tenham sido investidos ou reinvestidos afetará o seu caráter de investimento com base no presente Acordo, desde que essa modificação se efetue em conformidade com as leis e regulamentos em vigor da Parte Anfitriã e que a forma jurídica pela qual tal modificação tenha sido feita seja abarcada na definição de investimento conforme este Artigo.

1.3 O termo **"Investidor"** significa toda pessoa natural ou jurídica de uma Parte que tenha investido de boa fé no território da outra Parte em conformidade com as leis e regulamentos dessa última Parte:

a.i) O termo "pessoa natural" significa uma pessoa natural que tenha a nacionalidade de uma das Partes ou a condição de residente permanente, de acordo com as leis desta Parte;

a.ii) O presente Acordo não se aplicará aos investimentos de pessoas naturais que sejam nacionais das duas Partes, a menos que as referidas pessoas, no momento do investimento na Parte Anfitriã, tenham seu domicílio principal e seu centro de interesses na outra Parte.

b) O termo "pessoa jurídica" significa uma pessoa jurídica constituída e organizada de acordo com a lei de uma das Partes e que tenha seu domicílio assim como atividades comerciais substantivas no território dessa Parte e que tenha realizado um investimento na outra Parte. Uma atividade comercial substantiva não inclui, por exemplo, as empresas baseadas em uma caixa postal e atividades que não tenham uma ligação real e contínua com a economia dessa Parte.

1.4 O termo **"Medida"** significa qualquer medida adotada por uma Parte diretamente ligada ao investimento, seja sob a forma de lei, regulamento, procedimento ou decisão administrativa, ou prática e que tenha efeito sobre tal investimento.

1.5 O termo **"Moeda livremente conversível"** significa a moeda amplamente utilizada para fazer pagamentos a título de transações internacionais e negociada correntemente nos principais mercados cambiais internacionais.

1.6 O termo **"Rendimentos"** significa os valores obtidos por um investimento e que, em particular, embora não exclusivamente, incluem o lucro, juros, ganhos de capital, dividendos, taxas e encargos.

1.7 O termo **"Território"** significa o território, incluindo seus espaços terrestres e aéreos, o mar territorial, a zona econômica exclusiva, a plataforma continental e o subsolo, sobre os quais uma Parte exerce seus direitos de soberania ou sua jurisdição, de acordo com direito internacional e com sua legislação interna.

PARTE II – Medidas Normativas e de Mitigação de Riscos

Artigo 4º
Promoção e Admissão

1. Cada Parte, na medida do possível, encorajará e criará condições favoráveis para os investidores da outra Parte para realizar seus investimentos em seu território e admitirá esses investimentos de acordo com suas leis e regulamentos em vigor.

2. A extensão e a modificação substanciais ou a transformação de um investimento, efetuadas em conformidade com as leis e regulamentos em vigor da Parte Anfitriã, são consideradas um novo investimento.

3. Nenhuma das Partes, após a entrada em vigor do presente Acordo e sem prejuízo de suas leis e regulamentos em vigor antes dessa data, estabelecerá medidas arbitrárias ou discriminatórias de acordo com o presente Acordo, sobre a gestão, manutenção, uso, gozo, venda ou liquidação, em seu território, dos investimentos realizados por investidores da outra Parte.

4. Os rendimentos do investimento, em caso de seu reinvestimento de acordo com as leis e regulamentos em vigor da Parte Anfitriã, gozam da mesma proteção que o investimento original.

5. Sem prejuízo das suas leis e regulamentos em vigor e de suas políticas sobre a entrada de cidadãos estrangeiros, cada Parte concederá as facilidades e as permissões necessárias para a entrada, saída, permanência e trabalho de um investidor da outra Parte e de qualquer pessoa com relação permanente ou temporária com o investimento, como administradores, especialistas e técnicos.

6. Nada neste Acordo será interpretado como impeditivo de que uma Parte tome toda medida considerada necessária para proteger a ordem pública, a saúde pública ou para a proteção do meio ambiente, desde que tais medidas não sejam aplicadas de maneira discriminatória, abusiva ou injustificada.

7. Os investidores e os investimentos devem cumprir as medidas da Parte Anfitriã que prescrevem as formalidades para o estabelecimento de um investimento após sua admissão e aceitar a jurisdição da Parte Anfitriã em relação a esse investimento.

8. Os investidores esforçar-se-ão para contribuir com os objetivos de desenvolvimento da Parte Anfitriã e lhe fornecerão qualquer informação solicitada sobre seus investimentos para efeitos de tomada de decisão sobre tais investimentos ou para fins exclusivamente estatísticos.

Artigo 5º

Tratamento Não Discriminatório: Tratamento Nacional e Tratamento de Nação Mais Favorecida

1. Sem prejuízo das suas leis e aos seus regulamentos, cada Parte outorgará em seu território aos investimentos de investidores da outra Parte, no que diz respeito à gestão, à manutenção, ao uso, à fruição ou à disposição de seus investimentos, um tratamento não menos favorável do que o outorgado, em circunstâncias similares, aos investimentos de seus próprios investidores ou aos investimentos de investidores de uma terceira parte, sendo aplicável o que for mais favorável.

2. Sem prejuízo das suas leis e aos seus regulamentos, cada Parte outorgará em seu território aos investidores da outra Parte no que diz respeito à gestão, à manutenção, ao uso, à fruição ou à disposição de seus investimentos, um tratamento não menos favorável do que o outorgado, em circunstâncias similares, aos seus próprios investidores ou aos investidores de uma terceira parte, sendo aplicável o que for mais favorável.

3. Este Acordo não impede a adoção e a implementação de novas exigências legais ou de restrições sobre os investidores e seus investimentos, desde que elas não sejam mais discriminatórias do que eram anteriormente.

4. As disposições relativas ao tratamento da nação mais favorecida não se aplicam aos mecanismos de solução de controvérsias previstos em outros acordos internacionais.

5. As disposições do presente Artigo relativas ao tratamento nacional e de nação mais favorecida não devem ser interpretadas no sentido de obrigar uma Parte a estender aos investidores da outra Parte e aos seus investimentos os benefícios de qualquer tratamento, preferência ou privilégio resultante de:

a) uma área de livre comércio, união aduaneira, ou mercado comum existentes ou futuros ou um acordo internacional similar a que uma Parte tenha aderido ou venha a aderir ou qualquer outra forma de cooperação regional à qual uma das Partes possa tornar-se parte;

b) acordos internacionais de investimento dos quais uma das Partes seja parte, e que tenham sido assinados ou que estejam em vigor antes da entrada em vigor do presente Acordo;

c) qualquer legislação nacional relativa total ou parcialmente à tributação, desde que não seja discriminatória;

d) subvenções governamentais (subsídios, empréstimos, seguros e garantias) concedidos exclusivamente por uma Parte aos seus próprios investidores, como parte das atividades e programas de desenvolvimento nacional.

Artigo 6º
Desapropriação

1. Nenhuma das Partes deverá tomar contra os investidores da outra Parte medidas de nacionalização ou desapropriação, salvo se tais medidas forem:

a) tomadas para fins públicos ou de acordo com o interesse geral;

b) não discriminatórias;

c) acompanhadas do pagamento efetivo de uma indenização; e

d) conformes às normas exigidas pela lei.

2. Este Artigo não se aplica à expedição de licenças obrigatórias concedidas em relação aos direitos de propriedade intelectual ou à anulação, limitação ou criação de direitos de propriedade intelectual, desde que sejam conformes com as disposições aplicáveis sob as leis nacionais e no âmbito do Acordo "TRIPS/ADPIC".

3. A indenização deverá:

a) ser paga sem demora injustificada, em conformidade com o ordenamento jurídico da Parte Anfitriã;

b) ser equivalente ao justo valor de mercado do investimento desapropriado imediatamente antes da desapropriação efetiva ("data de desapropriação");

c) não refletir uma variação no valor de mercado em razão do conhecimento da intenção de desapropriar, antes da data de desapropriação; e

d) ser totalmente pagável e livremente transferível, em conformidade com o Artigo 9 sobre Transferências.

4. O investidor desapropriado poderá solicitar, nos termos das leis e dos regulamentos da Parte Anfitriã que tomou a medida de desapropriação, uma revisão por uma autoridade judicial da referida Parte Anfitriã, da legalidade do procedimento administrativo de desapropriação e de valoração do montante da indenização.

5. As Partes cooperarão para melhorar o conhecimento de suas respectivas legislações nacionais sobre desapropriação de investimento.

Artigo 7º

Compensação por Perdas

1. Os investidores de uma Parte cujos investimentos no território da outra Parte incorram em perdas devido à guerra ou a outro conflito armado, revolução, estado de emergência nacional, revolta, insurreição, distúrbio ou outro acontecimento similar, gozarão, no que se refere à restituição, à indenização, à compensação ou a outro acordo, do mesmo tratamento que essa última Parte conceda aos próprios investidores ou do tratamento concedido em virtude da cláusula de nação mais favorecida, se este for mais favorável ao investidor .

2. Sem prejuízo do disposto no parágrafo 1 do presente Artigo, os investidores de uma Parte que, em qualquer das situações referidas nesse parágrafo, sofrerem perdas no território da outra Parte resultante de:

- Requisição de sua propriedade pelas autoridades dessa última Parte, ou

- Destruição de sua propriedade pelas autoridades dessa última Parte

receberão uma compensação por perdas sofridas durante a requisição ou resultantes da destruição de sua propriedade.

Artigo 8º

Transparência

Cada Parte assegurará que suas leis, regulamentos e decisões administrativas de aplicação geral relativos às questões abrangidas pelo presente Acordo sejam publicados no menor tempo possível e que sejam acessíveis, se possível, por meio eletrônico, de modo a permitir que as pessoas interessadas e a outra Parte tomem conhecimento dessas medidas.

Artigo 9º
Transferências

1. Cada Parte permitirá aos investidores da outra Parte, após o cumprimento das suas obrigações fiscais, a livre transferência de pagamentos relativos aos seus investimentos. Esta transferência incluirá, em particular, mas não exclusivamente:

a) a contribuição inicial ao capital ou toda adição ao mesmo relacionadas com a manutenção ou expansão de tais investimentos;

b) os rendimentos diretamente relacionados ao investimento;

c) o produto da venda ou liquidação total ou parcial do investimento;

d) o reembolso de um empréstimo, incluindo juros sobre o mesmo, diretamente relacionada com o investimento;

e) as indenizações previstas nos artigos 6° e 7° do presente Acordo. Quando a compensação for paga em títulos da dívida pública, o investidor da outra Parte poderá transferir o valor do produto da venda desses títulos no mercado;

f) os salários e outras remunerações devidas aos nacionais de uma das Partes que tenham sido autorizados a trabalhar no território da outra Parte em razão de um investimento; e

g) os pagamentos decorrentes da resolução de controvérsias nos termos do Artigo 20 do presente Acordo.

2. As transferências referidas no parágrafo 1 do presente Artigo serão realizadas, sem demora injustificada, em moeda livremente conversível, à taxa de câmbio do mercado em vigor na data da transferência e de acordo com a regulamentação e os procedimentos cambiais vigentes no território da Parte Anfitriã.

3. Não obstante os parágrafos 1 e 2 do presente Artigo, cada Parte pode, em base não discriminatória, atrasar ou impedir uma transferência e aplicar, de boa fé, medidas para garantir o respeito dos investidores à legislação nacional da Parte Anfitriã com relação a:

a) os relatórios financeiros ou registros de transferências, quando necessários para auxiliar na aplicação da lei ou as autoridades reguladoras financeiras;

b) a falência, insolvência ou proteção dos direitos dos credores;

c) as infrações criminais ou penais;

d) o cumprimento das ordens ou julgamentos relativos aos processos jurisdicionais.

4. Não obstante os parágrafos 1 e 2 do presente Artigo, cada Parte poderá, em base não discriminatória e em conformidade com os direitos e obrigações dos membros do Fundo Monetário Internacional no marco do Convênio Constitutivo do Fundo Monetário Internacional adotar ou manter medidas para restringir a liberdade de transferência de capitais estrangeiros e o pagamento de transações nos seguintes casos:

a) quando seu balanço de pagamentos estiver enfrentando sérias dificuldades financeiras ou estiver sob o tal risco;

b) em circunstâncias excepcionais, nas quais os movimentos de capitais causem ou ameacem causar sérias dificuldades à gestão macroeconômica, particularmente em termos de política monetária ou cambial.

5. As medidas mencionadas no parágrafo 4 deste Artigo devem:

a) não exceder o necessário para fazer face às circunstâncias mencionadas no parágrafo 4 deste Artigo;

b) ser aplicadas durante um período limitado e eliminadas logo que as condições o permitam; e

c) ser imediatamente notificadas à outra Parte.

Artigo 10
Medidas Prudenciais

1. Nada no presente Acordo será interpretado de modo a impedir uma Parte de adotar ou manter medidas razoáveis por motivos prudenciais, especialmente com o objetivo de assegurar:

a) a proteção dos investidores, dos depositantes, dos participantes do mercado financeiro, dos titulares de apólices de seguros ou dos demandantes de reclamação;

b) a manutenção da segurança, da solidez, da solvência, da integridade ou da responsabilidade financeira das instituições financeiras;

c) a preservação da integridade e da estabilidade do sistema financeiro de uma Parte.

2. O presente Acordo não se aplica às medidas não discriminatórias de aplicação geral tomadas por organismos públicos, por razões que se enquadram nas políticas monetária e de crédito e de câmbio.

Artigo 11
Medidas Tributárias

1. Sem prejuízo das disposições do presente Acordo, este não se aplica a medidas tributárias.

2. Nada no presente Acordo deve ser interpretado de forma a obrigar uma Parte a conceder a um investidor da outra Parte, no que concerne aos seus investimentos, o benefício de qualquer tratamento, preferência ou privilégio resultante de um acordo para evitar dupla tributação, atual ou futuro, do qual uma das Partes seja membro ou ao qual possa aderir futuramente.

3. Nada no presente Acordo deve ser interpretado de forma a impedir a adoção ou a execução de quaisquer medidas destinadas a garantir a imposição ou a cobrança equitativa ou eficaz de tributos, de acordo com as leis e regulamentos respectivos das Partes, desde que esta medida não seja aplicada de forma a constituir um meio de discriminação arbitrária ou injustificável ou uma restrição disfarçada.

Artigo 12
Exceções de Segurança

1. Nada no presente Acordo deverá ser interpretado como uma limitação a uma Parte para adotar ou manter medidas destinadas a preservar sua segurança nacional ou a ordem pública, ou para aplicar as disposições de sua legislação penal, ou para cumprir com suas obrigações no que concerne à manutenção da paz e da segurança internacionais, em conformidade com a Carta das Nações Unidas.

2. As medidas tomadas por uma Parte nos termos do parágrafo 1 do presente Artigo ou a decisão com base em suas leis de segurança nacional ou de ordem pública que possam, a qualquer momento, proibir ou restringir a realização de um investimento em seu território por um investidor da outra Parte não poderão ser submetidas ao mecanismo de solução de controvérsias previsto pelo presente Acordo.

Artigo 13
Responsabilidade Social Corporativa

1. Os investidores e seus investimentos deverão se esforçar para alcançar o mais alto nível possível de contribuição para o desenvolvimento sustentável da Parte Anfitriã e da comunidade local mediante a adoção de um alto grau de práticas socialmente responsáveis, com base em princípios e normas voluntárias estabelecidos no presente Artigo.

2. Os investidores e seus investimentos deverão envidar seus melhores esforços para cumprir com os seguintes princípios e normas voluntárias para uma conduta empresarial responsável e em conformidade com as leis adotadas pela Parte Anfitriã que recebe o investimento:

a) Estimular o progresso econômico, social e ambiental, visando a alcançar um desenvolvimento sustentável;

b) Respeitar os direitos humanos daqueles envolvidos nas atividades das empresas, em conformidade com as obrigações e compromissos internacionais da Parte Anfitriã;

c) Incentivar a geração de capacidades locais, mediante uma estreita colaboração com a comunidade local;

d) Incentivar o desenvolvimento do capital humano, em particular através da criação de oportunidades de emprego e da facilitação do acesso dos trabalhadores à capacitação profissional;

e) Abster-se de procurar ou aceitar isenções não previstas pela legislação da Parte Anfitriã, relativas a meio ambiente, a saúde pública, a segurança, a trabalho, a incentivos financeiros ou a outras áreas;

f) Apoiar e manter os princípios da boa governança corporativa, desenvolver e implementar boas práticas de governança corporativa;

g) Melhorar a transparência das suas atividades na luta contra a corrupção e a extorsão, e manter livros, registros e contas fidedignas e precisas, que permitam garantir que não possam ser usados para fins de corrupção e ocultação de atos de corrupção;

h) Abster-se de oferecer, prometer, conceder ou solicitar, direta ou indiretamente, pagamentos ilícitos ou outras vantagens indevidas com vistas a obter ou manter um negócio ou outra vantagem indevida;

i) Adotar mecanismos de controle interno e programas ou medidas de ética e de conformidade adequados visando a prevenir e a detectar a corrupção;

j) Desenvolver e implementar práticas de autodisciplina e sistemas de gestão eficazes que promovam uma relação de confiança mútua entre as empresas e as sociedades nas quais as operações são executadas;

k) Promover o conhecimento dos trabalhadores sobre a política empresarial, mediante a difusão adequada desta política, inclusive por meio de programas de capacitação profissional;

l) Abster-se de qualquer ação discriminatória ou disciplinar contra os empregados que apresentarem relatórios à direção ou, quando for o caso, às autoridades públicas competentes, sobre práticas que violem a lei ou violem as normas de governança empresarial às quais a empresa esteja sujeita;

m) Incentivar, na medida do possível, os parceiros comerciais, incluindo os fornecedores e os prestadores de serviços subcontratados, a aplicar os princípios de conduta empresarial consistentes com os princípios previstos neste Artigo;

n) Respeitar as atividades políticas e os processos locais.

PARTE III – Governança Institucional e Prevenção de Controvérsias

Artigo 14
Comitê Conjunto para a Administração do Acordo

1. Para os fins do presente Acordo, as Partes estabelecem um Comitê Conjunto para a gestão do presente Acordo (doravante designado "Comitê Conjunto").

2. O Comitê Conjunto será composto por representantes dos Governos de ambas as Partes, designados por seus respectivos Governos.

3. O Comitê Conjunto reunir-se-á nas datas, nos locais e pelos meios que as Partes acordarem. As reuniões serão realizadas pelo menos uma vez por ano, com presidências alternadas entre as Partes.

4. O Comitê Conjunto terá as seguintes atribuições:

a) Supervisionar a implementação e execução deste Acordo e examinar qualquer assunto que possa afetar o bom funcionamento do presente Acordo, incluindo questões relacionadas à responsabilidade social corporativa, à preservação do meio ambiente, à saúde e à segurança pública, ao respeito dos direitos humanos, incluindo os direitos dos trabalhadores, e à luta contra a corrupção.

b) Discutir e compartilhar oportunidades de expansão dos investimentos em seus territórios;

c) Coordenar a implementação da Agenda para Cooperação e Facilitação de Investimentos acordada entre ambas as Partes (Anexo I);

d) Consultar o setor privado e a sociedade civil, quando seja aplicável, para que apresentem seus pontos de vista sobre as questões específicas submetidas ao Comitê Conjunto;

e) Resolver amigavelmente os problemas ou controvérsias sobre os investimentos e dar interpretações sobre as disposições do Acordo. Uma interpretação feita pelo Comitê Conjunto de uma disposição do presente Acordo é obrigatória para o tribunal estabelecido nos termos do Artigo sobre Solução de Controvérsias entre as Partes;

f) Complementar as regras de solução de controvérsias arbitrais entre as Partes, se for considerado necessário pelas Partes;

g) Examinar a necessidade ou a conveniência de recomendar às Partes emendas ao Acordo conforme o Artigo 22 do presente Acordo.

5. As Partes poderão estabelecer grupos de trabalho ad hoc, que se reunirão conjunta ou separadamente do Comitê Conjunto.

6. O setor privado poderá ser convidado a integrar os grupos de trabalho ad hoc, quando assim autorizado pelo Comitê Conjunto.

7. As decisões e recomendações do Comitê Conjunto deverão ser tomadas por consenso.

8. O Comitê Conjunto estabelecerá suas próprias regras de procedimento.

Artigo 15

Pontos Focais Nacionais ou "Ombudsmen"

1. Cada Parte designará um Ponto Focal Nacional ou "Ombudsman", que terá como função principal dar apoio aos investidores da outra Parte em seu território.

2. No Brasil, o "Ombudsman" será o Ombudsman de Investimentos Diretos (OID) no âmbito da Câmara de Comércio Exterior (CAMEX).

3. No caso do Marrocos, o Ponto Focal Nacional, ou "Ombdusman", corresponderá à Agência Marroquina de Desenvolvimento dos Investimentos e das Exportações (AMDIE).

4. O Ponto Focal Nacional ou "Ombudsman", entre outras atribuições, deverá:

a) secretariar o Comitê Conjunto;

b) esforçar-se para atender às diretrizes do Comitê Conjunto e interagir com o Ponto Focal Nacional da outra Parte, em conformidade com o presente Acordo;

c) interagir com as autoridades governamentais competentes para avaliar e recomendar, quando adequado, as sugestões e reclamações recebidas pelo Governo e investidores da outra Parte, informando aos investidores sobre os desdobramentos resultantes de tais sugestões e reclamações;

d) mitigar os conflitos e facilitar suas soluções, em coordenação com as autoridades governamentais competentes e em colaboração com entidades privadas pertinentes;

e) prestar informações tempestivas e úteis sobre questões normativas relacionadas a investimentos em geral ou a projetos específicos, e

f) relatar ao Comitê Conjunto suas atividades e ações, quando aplicável.

5. O Ponto Focal Nacional deverá responder em prazo razoável às notificações e às demandas formuladas pelo Governo e por investidores da outra Parte.

Artigo 16

Troca de Informação entre as Partes

1. As Partes trocarão informações, sempre que possível e pertinente para os investimentos recíprocos, sobre oportunidades de negócio, procedimentos e requisitos para investimentos, em especial por meio do Comitê Conjunto e de seus Pontos Focais Nacionais.

2. A pedido de uma das Partes, haverá troca de informações sobre medidas da outra Parte que possam afetar investimentos em seu território. Para esse propósito, a Parte fornecerá, quando solicitada, com celeridade e respeito ao nível de proteção concedido à informação, em especial, sobre os seguintes aspectos:

a) condições legais para o investimento;

b) incentivos específicos e programas governamentais relacionados;

c) políticas públicas e marcos legais que possam afetar o investimento;

d) marco legal para o investimento, incluída a legislação relativa ao estabelecimento de empresas e joint ventures;

e) tratados internacionais relacionados;

f) procedimentos aduaneiros e regimes tributários;

g) informações estatísticas sobre mercados de bens e serviços;

h) infraestrutura disponível e serviços públicos;

i) compras governamentais e concessões públicas;

j) legislação trabalhista e social;

k) legislação migratória;

l) legislação cambial;

m) informações sobre setores econômicos específicos ou áreas previamente identificadas pelas Partes, e

(n) projetos regionais e acordos em matéria de investimentos.

3. As Partes intercambiarão igualmente informações sobre as parcerias público-privadas (PPP), especialmente por meio de maior transparência e acesso rápido à informação sobre as normas aplicáveis.

Artigo 17
Tratamento da Informação Protegida

1. Cada Parte deverá respeitar o nível de proteção da informação compartilhada em conformidade com o que foi estabelecido pela outra Parte, observadas as respectivas legislações internas sobre o tema.

2. Nada do estabelecido no Acordo será interpretado no sentido de exigir de qualquer das Partes a divulgação de informação protegida, cuja divulgação pudesse dificultar a aplicação da lei ou fosse contrária ao interesse público ou pudesse prejudicar a privacidade ou interesses comerciais legítimos, incluindo quaisquer informações comerciais confidenciais cuja divulgação possa causar prejuízo para a posição competitiva do investidor ou do investimento. Para os propósitos deste Parágrafo, informação protegida inclui informação sigilosa de negócios ou informação privilegiada ou protegida contra divulgação, de acordo com as leis aplicáveis de uma Parte.

Artigo 18
Relação com o Setor Privado

Reconhecendo o papel fundamental que desempenha o setor privado, as Partes disseminarão, nos setores empresariais pertinentes, as informações de caráter geral sobre investimentos, marcos normativos e oportunidades de negócio no território da outra Parte.

Artigo 19

Procedimento de Prevenção de Controvérsias

1. Se uma Parte considerar que uma medida específica adotada pela outra Parte constitui uma violação deste Acordo, poderá invocar este Artigo para iniciar um procedimento de prevenção de controvérsias no âmbito do Comitê Conjunto.

2. As seguintes regras se aplicarão ao procedimento acima mencionado:

a) Para iniciar o procedimento, a Parte interessada submeterá ao Ponto Focal da outra Parte um pedido por escrito, no qual identificará a medida específica em questão e informará as conclusões de fato e de direito subjacentes à alegação. O Comitê Conjunto se reunirá dentro do prazo de 60 (sessenta) dias a partir da data do pedido;

b) O Comitê Conjunto 60 sessenta (sessenta) dias a partir da data da primeira reunião, prorrogável por acordo mútuo, para avaliar a alegação apresentada e preparar um relatório;

c) O relatório do Comitê Conjunto incluirá:

i) identificação da Parte que alega violação;

ii) descrição da medida em questão e da alegada violação do Acordo; e

iii) as conclusões do Comitê Conjunto.

d) Se a disputa não for resolvida no prazo de 60 (sessenta) dias após a apresentação do relatório pelo Comitê Conjunto, ou se uma Parte não participar das reuniões do Comitê Conjunto convocadas de acordo com este Artigo, a controvérsia poderá ser submetida à arbitragem por uma Parte, de acordo com o Artigo 20 do Acordo.

3. Se a medida em questão afetar um investidor específico, aplicar-se-ão as seguintes regras adicionais:

a) a alegação inicial deverá identificar o investidor afetado; e

b) representantes do investidor afetado podem ser convidados a participar das reuniões do Comitê Conjunto.

4. O Comitê Conjunto poderá convidar, se necessário, outras partes interessadas a participar das reuniões do Comitê Conjunto e apresentar suas opiniões sobre a medida mencionada no parágrafo 1 deste Artigo.

5. As atas das reuniões realizadas no âmbito do Procedimento de Prevenção de Controvérsias e toda a documentação relacionada serão mantidas em sigilo, com exceção do relatório apresentado pelo Comitê Conjunto nos termos do parágrafo 2 deste Artigo, sujeito à legislação de cada uma das Partes sobre a divulgação de informações.

Artigo 20

Solução de Controvérsias entre as Partes

1. Se a controvérsia não for resolvida pelo procedimento descrito no Artigo 19, ela será submetida aos mecanismos de arbitragem entre os Estados, a pedido de qualquer das Partes.

Uma Parte poderá recusar a submissão à arbitragem sobre uma questão relativa a um investimento feito por um nacional dessa Parte ou por um nacional de um país com o qual não mantenha relações diplomáticas.

2. O objetivo da arbitragem é o de reestabelecer a conformidade com o Acordo da medida alegada como desconforme ao Acordo pela sentença arbitral. As Partes podem acordar, contudo, em permitir que os árbitros considerem a existência de danos causados pela medida contestada e determinar compensação por esses danos na sentença arbitral. Se a sentença arbitral estipular o pagamento de compensação monetária, o Estado receptor de tal compensação irá transferi-la aos detentores de direitos sobre o investimento em questão, após o ressarcimento das despesas do litígio, em conformidade com os respectivos procedimentos internos de cada Parte.

3. Este Artigo não se aplicará a nenhuma controvérsia relativa a fato que tenha ocorrido, nem a nenhuma medida que tenha sido adotada antes da entrada em vigor deste Acordo.

4. As Partes poderão optar de comum acordo pela utilização de outro mecanismo de solução de controvérsias sobre investimentos ou constituir um painel de arbitragem específico para a controvérsia.

5. No caso de constituição de um painel de arbitragem específico para cada controvérsia, dentro de um prazo de 2 (dois) meses depois de receber a solicitação de arbitragem por via diplomática, cada Parte designará um membro do Tribunal Arbitral. Os dois membros designarão um nacional de um terceiro Estado que, após a aprovação por ambas as Partes, será nomeado Presidente do Tribunal Arbitral. O presidente deverá ser nomeado dentro de um prazo de 2 (2) meses contados a partir da data de nomeação dos dois outros membros do Tribunal Arbitral.

6. Se, dentro dos prazos especificados no parágrafo 5 deste Artigo, não tiverem sido efetuadas as nomeações necessárias, qualquer das Partes poderá solicitar ao Presidente da Corte Internacional de Justiça que faça as designações necessárias. Se o Presidente da Corte Internacional de Justiça for nacional de uma das Partes ou estiver impedido de exercer a referida função, o Vice-

Presidente será convidado a fazer as designações necessárias. Se o Vice-Presidente da Corte Internacional de Justiça for nacional de uma das Partes ou estiver impedido de exercer a referida função, o membro da Corte Internacional de Justiça de maior antiguidade, que não seja nacional de qualquer das Partes, será convidado para efetuar as designações necessárias.

7. Os Árbitros:

a) deverão ter a experiência ou especialidade necessária em Direito Internacional Público, regras internacionais sobre investimento ou Direito do Comércio Internacional, ou em resolução de controvérsias que surjam em relação a acordos internacionais de investimentos ou a acordos comerciais internacionais;

b) deverão ser independentes e não estar vinculados a qualquer das Partes, nem aceitar instruções de alguma das Partes; e

c) deverão cumprir as "Normas de conduta para a aplicação do entendimento relativo às normas e procedimentos que regem a resolução de controvérsias" da Organização Mundial do Comércio (OMC/DSB/RC/1, de 11 de dezembro de 1996), ou qualquer outra norma de conduta estabelecida pelo Comitê Conjunto.

8. O Tribunal Arbitral determinará suas próprias regras de procedimento. O Tribunal Arbitral tomará sua decisão por maioria de votos. Suas decisões serão vinculantes para as duas Partes. Salvo acordo em contrário, a decisão do Tribunal Arbitral será proferida dentro do prazo de 6 (seis) meses após a nomeação do Presidente, de acordo com os parágrafos 5 e 6 deste Artigo.

9. A decisão do Tribunal Arbitral é final e vinculante para as Partes, que a devem cumprir sem demora.

10. O Comité Conjunto aprovará a regra geral para determinação da remuneração dos árbitros, tendo em conta as práticas das organizações internacionais competentes. As Partes devem incorrer igualmente com as despesas dos árbitros e outras despesas do processo, salvo acordo em contrário.

SEÇÃO IV – Agenda para Cooperação e Facilitação de Investimentos

Artigo 21
Agenda para Cooperação e Facilitação de Investimentos

1. O Comitê Conjunto desenvolverá e discutirá uma Agenda para Cooperação e Facilitação de Investimentos nos temas relevantes à promoção e ao incremento dos investimentos bilaterais. Os temas a serem inicialmente tratados e seus objetivos estão listados no Anexo I – "Agenda para Cooperação e Facilitação de Investimentos".

2. A agenda será discutida entre as autoridades governamentais competentes de ambas as Partes. O Comitê Conjunto convidará, quando aplicável, outras autoridades governamentais competentes de ambas as Partes para os debates da agenda.

3. As Partes submeterão ao Comitê Conjunto os nomes dos órgãos governamentais e os de seus representantes oficiais responsáveis que deverão participar das discussões dessa Agenda.

PARTE V – Disposições Gerais e Finais

Artigo 22
Entrada em Vigor, Vigência, Emendas e Denúncia

1. Nem o Comitê Conjunto, nem os Pontos Focais Nacionais ou "Ombudsmen", substituirão canais diplomáticos existentes entre as Partes.

2. Este Acordo entrará em vigor após as Partes notificarem por escrito uma à outra que todos os seus respectivos procedimentos internos relativos à entrada em vigor deste Acordo foram concluídos. A entrada em vigor ocorrerá 90 (noventa) dias após o recebimento da última notificação nesse sentido.

3. Este Acordo permanecerá em vigor por um período inicial de 10 (dez) anos. Ele será automaticamente prorrogado por períodos consecutivos de 5 (cinco) anos, a menos que, um 1 (ano) antes do término do período de vigência, uma das Partes notifique, por escrito e pela via diplomática, à outra Parte sua intenção de encerrar este Acordo.

4. Sem prejuízo de suas reuniões regulares, 10 (dez) anos após a entrada em vigor do presente Acordo, o Comité Conjunto realizará uma revisão geral de sua aplicação e fará recomendações, se necessário.

5. Este Acordo poderá ser emendado por consentimento mútuo das duas Partes. Essa emenda entrará em vigor de acordo com os procedimentos necessários para a entrada em vigor do presente Acordo previstos no parágrafo 2 deste Artigo.

6. Com relação aos investimentos realizados antes da extinção do presente Acordo, as disposições do Artigo 1 ao Artigo 20 deste Acordo permanecerão em vigor por um período suplementar de dois anos contados a partir da data da expiração deste Acordo.

Em testemunho do que, os representantes abaixo assinados, devidamente autorizados por seus respectivos Governos, assinaram o presente Acordo.

ANEXO I

AGENDA PARA COOPERAÇÃO E FACILITAÇÃO DE INVESTIMENTOS

A discussão dos tópicos relacionados abaixo representa um primeiro esforço para reforçar a cooperação e facilitar os investimentos entre as Partes e pode ser ampliada e modificada a qualquer momento pelo Comité Conjunto de acordo com interesses mútuos:

(a) Sem prejuízo da legislação nacional, cada Parte envidará esforços para prestar assistência aos investidores da outra Parte em termos de cumprimento das exigências técnicas e normas ambientais;

(b) As Partes concordam que o acesso e transferência de tecnologia devem ser realizados, sempre que possível, e que isso deve contribuir para o desenvolvimento da atividade econômica, do comércio de bens e serviços e dos investimentos produtivos.

FEITO em Brasília, em 13 de junho de 2019, em dois originais, nos idiomas português, árabe e francês, igualmente autênticos. Em caso de divergência de interpretação, prevalecerá a versão francesa.

PELA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

Ernesto Araújo
Ministro das Relações Exteriores

PELO REINO DE MARROCOS

Nasser Bourita
Ministro dos Negócios Estrangeiros e da Cooperação Internacional

ACCORD DE COOPERATION ET FACILITATION EN MATIERE D'INVESTISSEMENTS ENTRE LA REPUBLIQUE FEDERATIVE DU BRESIL ET LE ROYAUME DU MAROC

La République fédérative du Brésil

et

le Royaume du Maroc
(ci-après désignés comme les « Parties » ou individuellement « Partie »),

Désireux de renforcer et d'améliorer les liens d'amitié et l'esprit de coopération continue entre les Parties;

Soucieux d'encourager, de rationaliser et de soutenir les investissements bilatéraux et d'intensifier leur coopération économique pour l'intérêt mutuel des deux Parties ;

Reconnaissant le rôle essentiel des investissements dans la promotion du développement durable, la croissance économique, la réduction de la pauvreté, la création d'emplois, l'expansion de la capacité de production et le développement humain ;

Considérant l'importance de promouvoir l'investissement durable et le transfert de technologie et du savoir-faire pour atteindre les objectifs de croissance et de développement durable ;

Convaincus que les objectifs du présent Accord doivent être réalisés sans porter atteinte aux droits des Parties de réglementer dans l'intérêt public ;

Comprenant que la mise en place d'un partenariat stratégique entre les Parties dans le domaine des investissements apportera des avantages vastes et mutuels ;

Reconnaissant l'importance de promouvoir un environnement transparent, agile et amical pour les investissements des Parties ;

Etant unanimes que les investissements des investisseurs de l'une des Parties sur le territoire de l'autre Partie doivent être effectués en respectant les lois et règlements de cette autre Partie ;

Désireux d'encourager et de renforcer les contacts entre le secteur privé et les Gouvernements des deux Parties ; et

Cherchant à créer un mécanisme de dialogue technique et d'initiatives gouvernementales qui puissent contribuer à une augmentation significative des investissements mutuels ;

Sont convenues de ce qui suit:

PARTIE I – Objectif, champ d'application de l'Accord et définitions

Article 1
Objectif

1. L'objectif du présent Accord est de promouvoir la coopération entre les Parties en vue de faciliter et d'encourager les investissements mutuels.

2. Pour atteindre cet objectif, le présent Accord établit un cadre institutionnel en matière de facilitation des investissements et un mécanisme de dialogue, de mitigation des risques et de prévention des différends.

Article 2
Champ d'Application

1. Le présent Accord est applicable à tous les investissements effectués avant ou après son entrée en vigueur.

2. Le présent Accord ne pourra être invoqué pour remettre en question un litige résolu par l'épuisement des recours internes, ou lorsqu'il y a protection de la chose jugée, ou une revendication relative à un investissement qui a été résolue avant son entrée en vigueur.

3. Le présent Accord ne devra pas limiter les droits et les prestations qu'un investisseur d'une Partie détient en vertu du droit national ou international sur le territoire de l'autre Partie.

4. Au cas où une question relative aux investissements est régie, en même temps, par le présent Accord, par la loi nationale de l'une des Parties ou par une convention internationale à laquelle les deux Parties sont membres, les investisseurs de l'autre Partie peuvent profiter des dispositions les plus favorables de ces règles.

Article 3
Définitions

1. Aux fins du présent Accord,

1.1 Le terme « **Partie Hôte** » désigne la Partie où l'investissement a été réalisé,

1.2 Le terme « **Investissement** » désigne un investissement direct, c'est à dire, tout actif détenu ou contrôlé, directement ou indirectement, par un investisseur d'une Partie, établi

ou acquis conformément à la loi de l'autre Partie, sur le territoire de cette autre Partie, qui lui permet l'exercice de la propriété, le contrôle ou un degré significatif d'influence sur la gestion de la production de biens ou de la prestation de services sur le territoire de la Partie Hôte:

1.2.1 Parmi les formes que l'investissement peut prendre sont :

a) les actions, titres et autres types de participations («equity») dans une entreprise;

b) les biens meubles ou immeubles et autres droits de propriété tels que les hypothèques, privilèges, gages, charges ou des droits et obligations similaires;

c) les concessions conférées par la loi ou par contrat, y compris les concessions de recherche, d'exploration, d'extraction ou d'exploitation des ressources naturelles;

d) les obligations, créances et droits à toutes prestations ayant une valeur économique et liés directement à un investissement;

e) les droits de propriété intellectuelle tels que définis dans l'Accord sur les aspects des droits de propriété intellectuelle qui touchent au commerce de l'Organisation Mondiale du Commerce « ADPIC »..Il reste entendu que les droits de propriété intellectuelle qui ne sont pas liés à un investissement d'un investisseur d'une Partie ne sont pas couverts par l'Article relatif aux règlements des différends.

1.2.2 Aux fins du présent Accord et pour plus de certitude, l'investissement ne comprend pas :

a) les titres de créance émis par une Partie ou de prêts à une Partie ou à une entreprise publique qui n'opère pas en conditions de marché;

b) les investissements de portefeuille;

c) les créances découlant uniquement de contrats commerciaux pour la vente de biens et services;

d) les créances dont l'échéance est inférieure à 3 (trois) ans;

e) les crédits octroyés dans le cadre d'un contrat commercial tel que le financement du commerce;

f) les parts de marché;

g) les lettres de crédit bancaire; et

h) les dépenses pré-investissement engagées par l'investisseur avant la mise en place opérationnelle de son investissement sur le territoire de la Partie Hôte.

1.2.3 Aucune modification de la forme juridique dans laquelle les actifs ont été investis ou réinvestis n'affecte leur caractère d'investissement au sens du présent Accord, dès lors que cette modification intervient conformément aux lois et règlements en vigueur de la Partie Hôte et que la forme juridique telle que modifiée est comprise dans la définition d'investissement selon cet Article.

1.3 Le terme « **Investisseur** » désigne toute personne physique ou morale d'une Partie qui a investi de bonne foi sur le territoire de l'autre Partie conformément aux lois et règlements de cette dernière Partie :

a.i) Le terme «personne physique» désigne une personne physique ayant la nationalité d'une Partie ou le statut de résident permanent conformément auxlois de ladite Partie.

a.ii) Le présent Accord ne couvre pas les investissements des personnes physiques qui sont des ressortissants des deux Parties, à moins que ces personnes, au moment de la réalisation de l'investissement dans la Partie Hôte, avaient leur domicile principal ainsi que leur centre d'intérêt dans l'autre Partie.

b) Le terme « personne morale » désigne une personne morale constituée et organisée conformément à la loi d'une Partie et qui a son domicile ainsi que des activités commerciales importantes dans le territoire de ladite Partie et qui a réalisé un investissement dans l'autre Partie. Une activité commerciale importante n'inclut pas, par exemple, les entreprises basées sur une boîte postale et des activités n'ayant pas un lien réel et continu avec l'économie de cette Partie.

1.4 Le terme « **Mesure** » désigne toute mesure adoptée par une Partie directement liée à l'investissement, que ce soit sous forme de loi, règlement, procédure, ou décision administrative, ou pratique et ayant des répercussions sur ledit investissement.

1.5 Le terme « **Monnaie librement convertible** » désigne la monnaie largement utilisée pour effectuer des paiements au titre des transactions internationales et couramment échangée sur les principaux marchés d'échange internationaux.

1.6 Le terme « **Revenus** » désigne les ressources obtenues par un investissement et notamment, mais non exclusivement, les bénéfices, intérêts, accroissements de capital, dividendes, redevances ou frais.

1.7 Le terme « **Territoire** » désigne le territoire, y compris ses espaces terrestres et aériens, la mer territoriale, la zone économique exclusive, le plateau continental et le sous-sol, au sein duquel une Partie exerce ses droits souverains ou sa juridiction, conformément au Droit international et sa législation interne.

PARTIE II - Mesures Réglementaires et de Mitigation des Risques

Article 4
Promotion et admission

1. Chacune des Parties, dans la mesure du possible, encouragera et créera les conditions favorables pour les investisseurs de l'autre Partie pour réaliser leurs investissements sur son territoire et admettra ces investissements conformément à ses lois et règlements en vigueur.

2. L'extension et la modification substantielles ou la transformation d'un investissement, effectuée conformément aux lois et règlements en vigueur de la Partie Hôte, sont considérées comme un nouvel investissement.

3. Chaque Partie, après la date d'entrée en vigueur du présent Accord et sans préjudice de ses lois et règlements en vigueur avant cette date, n'entravera pas, par des mesures arbitraires ou discriminatoires selon cet Accord, la gestion, le maintien, l'utilisation, la jouissance, la vente ou la liquidation, sur son territoire, des investissements effectués par les investisseurs de l'autre Partie.

4. Les revenus de l'investissement, en cas de leur réinvestissement conformément aux lois et règlements en vigueur de la Partie Hôte, jouissent de la même protection que l'investissement initial.

5. Sous réserve de ses lois et règlements en vigueur et ses politiques relatives à l'entrée des ressortissants étrangers, chaque Partie accordera les facilités et les permissions nécessaires pour l'entrée, la sortie, le séjour et le travail de l'investisseur de l'autre Partie et de toute personne ayant une relation permanente ou temporaire avec l'investissement tels que les administrateurs, les experts et les techniciens.

6. Aucune disposition dans le présent Accord ne sera interprétée comme empêchant une Partie de prendre toute mesure considérée comme nécessaire pour protéger l'ordre public, la santé publique ou pour préserver l'environnement, à condition que ces mesures ne soient pas appliquées d'une manière discriminatoire, abusive ou injustifiée.

7. Les investisseurs et les investissements doivent se conformer aux mesures de la Partie Hôte, qui prescrivent les formalités concernant l'établissement d'un investissement après son admission et accepter la compétence de la Partie Hôte concernant cet investissement.

8. Les investisseurs s'efforceront de contribuer aux objectifs de développement de la Partie Hôte et lui fourniront tout renseignement qu'il exigera concernant leurs investissements aux fins de la prise de décision liée auxdits investissements ou à des fins exclusivement statistiques.

Article 5

Traitement non discriminatoire : traitement national et traitement de la nation la plus favorisee

1. Sans préjudice de ses lois et règlements, chaque Partie accorde sur son territoire aux investissements des investisseurs de l'autre Partie, en ce qui concerne la gestion, le maintien, l'utilisation, la jouissance ou la disposition de leurs investissements, un traitement qui n'est pas moins favorable que celui qu'elle accorde, dans des circonstances similaires, aux investissements de ses propres investisseurs ou aux investissements des investisseurs d'un Etat tiers, le traitement le plus favorable étant retenu.

2. Sans préjudice de ses lois et règlements, chaque Partie accorde sur son territoire aux investisseurs de l'autre Partie en ce qui concerne la gestion, le maintien, l'utilisation, la jouissance ou la disposition de leurs investissements, un traitement non moins favorable que celui qu'elle accorde, dans des circonstances similaires, à ses propres investisseurs ou aux investisseurs d'un Etat tiers, le traitement le plus favorable étant retenu.

3. Cet Accord n'empêche pas l'adoption et la mise en œuvre des nouvelles exigences légales ou des restrictions aux investisseurs et à leurs investissements, tant qu'elles ne sont pas plus discriminatoires qu´elles ne l´étaient auparavant.

4. Les dispositions relatives au traitement de la nation la plus favorisée ne s'appliquent pas aux mécanismes de règlement des différends prévus par d'autres accords internationaux.

5. Les dispositions du présent Article relatives au traitement national et au traitement de la nation la plus favorisée, ne doivent pas être interprétées comme obligeant une Partie à étendre aux investisseurs de l'autre Partie et ses investissements les avantages de tout traitement, préférence ou privilège découlant de:

a) une zone de libre-échange, union douanière, marché commun existants ou futurs ou d'un accord international similaire auquel l'une des Parties a adhéré ou pourrait adhérer ou toute autre forme de coopération régionale à laquelle l'une des Parties pourrait devenir partie;;

b) Accords internationaux d'investissements dont une Partie est partie, et qui ont été signés ou sont en vigueur avant l'entrée en vigueur du présent Accord ;

c) toute législation nationale concernant entièrement ou principalement la fiscalité tant qu´elle ne soit pas discriminatoire ;

d) subventions gouvernementales (dons, prêts, assurances et garanties) accordées exclusivement par une Partie à ses propres investisseurs dans le cadre des activités et des programmes de développement national.

Article 6
Expropriation

1. Aucune Partie ne prendra à l'encontre des investisseurs de l'autre Partie des mesures de nationalisation ou d'expropriation, sauf si lesdites mesures sont :

a) prises à des fins publiques ou dans l'intérêt général;

b) non discriminatoires;

c) accompagnées par le paiement effectif d'une indemnité; et

d) conformes aux normes requises par la loi.

2. Le présent Article ne s'applique pas à la délivrance de licences obligatoires accordées relativement à des droits de propriété intellectuelle, ni à l'annulation, à la limitation ou à la création de droits de propriété intellectuelle, pour autant que soient respectées les dispositions applicables au titre des lois nationales et au titre de l'Accord « ADPIC ».

3. L'indemnité doit :

a) être versée sans retard injustifié, conformément au système juridique de la Partie hôte;

b) être équivalente à la juste valeur marchande de l'investissement exproprié, immédiatement avant l'expropriation effective ("date de l'expropriation");

c) ne pas refléter une variation de la valeur de marché en raison de la connaissance de l'intention d'exproprier, avant la date de l'expropriation ; et

d) être complètement payable et librement transférable, selon l'Article 9 sur les transferts.

4. L'investisseur concerné pourrait demander, en vertu des lois et règlements de la Partie Hôte qui a pris la mesure d'expropriation, une révision, par une autorité judiciaire de ladite Partie Hôte, de la légalité de la procédure administrative de l'expropriation et de la valorisation du montant de l'indemnité.

5. Les Parties coopéreront en vue d'améliorer leur connaissance de leurs législations nationales respectives sur l'expropriation de l'investissement.

Article 7
Dédommagement des Pertes

1. Les investisseurs de la Partie dont les investissements sur le territoire de l'autre Partie subiraient des dommages dus à la guerre ou à tout autre conflit armé, révolution, état d'urgence national, révolte, insurrection, émeute ou d'autres événements similaires, jouissent en termes de restitution, d'indemnisation, de compensation ou tout autre règlement, du même

traitement que cette Partie accorde à ses propres investisseurs ou du traitement accordé en vertu de la clause de la nation la plus favorisée, si ceci est plus favorable à l'investisseur.

2. Sans préjudice des dispositions du paragraphe 1 du présent Article, les investisseurs d'une Partie qui, dans l'une des situations visées dans ce paragraphe, subissent des pertes sur le territoire de l'autre Partie résultant de :

-La réquisition de leurs biens par les autorités de cette dernière Partie, ou

-La destruction de leurs biens par les autorités de cette dernière Partie,

bénéficieront d'une indemnisation pour les pertes subies durant la réquisition ou résultant de la destruction de leurs biens.

Article 8
Transparence

Chacune des Parties veillera à ce que ses lois, règlements et décisions administratives d'application générale concernant les questions couvertes par le présent Accord soient publiés dans les meilleurs délais possibles et soient accessibles, si possible, en moyen électronique, de manière à permettre aux personnes intéressées et à l'autre Partie d'en prendre connaissance.

Article 9
Transferts

1. Chaque Partie permettra aux investisseurs de l'autre Partie, après l'acquittement de leurs obligations fiscales, le libre transfert des paiements relatifs à leurs investissements. Ce transfert comprendra, en particulier, mais non exclusivement :

a) la contribution initiale au capital ou tout ajout à celle-ci lié à l'entretien ou à l'expansion de ces investissements;

b) les revenus directement liés à l'investissement;

c) le produit de la vente ou de la liquidation totale ou partielle de l'investissement;

d) les remboursements d'un prêt, y compris les intérêts sur celui-ci, directement liés à l'investissement;

e) les indemnités prévues aux Articles 6 et 7 du présent Accord. Lorsqu'une indemnité est versée en titres de la dette publique, l'investisseur de l'autre Partie pourra transférer la valeur du produit de la vente de ces obligations sur le marché;

f) les salaires et autres rémunérations revenant aux nationaux d'une Partie qui ont été autorisés à travailler sur le territoire de l'autre Partie au titre d'un investissement; et

g) les paiements découlant du règlement de différend conformément à l'Article 20 du présent Accord.

2. Les transferts visés au paragraphe 1 du présent Article sont effectués, sans retard injustifié, dans une monnaie librement convertible au taux de change du marché en vigueur à la date du transfert et conformément à la réglementation et aux procédures de changes en vigueur sur le territoire de la Partie Hôte.

3. Nonobstant les paragraphes 1 et 2 de cet Article, chaque Partie peut, sur une base non-discriminatoire, retarder ou empêcher un transfert et appliquer, de bonne foi, des mesures visant à assurer le respect des investisseurs de la législation nationale de la Partie Hôte en relation avec:

a) les rapports financiers ou les registres des transferts lorsque cela est nécessaire pour aider à l'application de la loi ou les autorités de réglementation financière;

b) la faillite, l'insolvabilité ou la protection des droits des créanciers;

c) les infractions criminelles ou pénales;

d) le respect des ordonnances ou des jugements relatifs aux procédures juridictionnelles.

4. Nonobstant les paragraphes 1 et 2 de cet Article, chaque Partie peut, sur une base non-discriminatoire et conformément aux droits et obligations des Membres du Fonds Monétaire International dans le cadre des Statuts du Fonds Monétaire International adopter ou maintenir des mesures visant à restreindre la liberté du transfert du capital étranger et le paiement des transactions dans les cas suivants :

a) lorsque sa balance des paiements est confrontée à de graves difficultés financières ou risque de l'être;

b) dans des circonstances exceptionnelles où les mouvements des capitaux causent ou menacent de causer de sérieuses difficultés pour la gestion macroéconomique, en particulier en terme de politique monétaire ou de change.

5. Les mesures citées dans le paragraphe 4 de cet Article doivent :

a) ne pas dépasser celles qui sont nécessaires pour faire face aux circonstances mentionnées au paragraphe 4 de cet Article;

b) être appliquées durant une durée limitée et éliminées dès que les conditions le permettent; et

c) être notifiées immédiatement à l'autre Partie.

Article 10
Mesures Prudentielles

1. Le présent Accord n'a pas pour effet d'empêcher une Partie d'adopter ou de maintenir des mesures raisonnables pour des raisons prudentielles, notamment dans le but d'assurer:

a) la protection des investisseurs, des déposants, des participants au marché financier, des titulaires de police d'assurance ou des auteurs de réclamations;

b) le maintien de la sécurité, de la solidité, de la solvabilité, de l'intégrité ou de la responsabilité financière des institutions financières;

c) la préservation de l'intégrité et de la stabilité du système financier d'une Partie.

2. Le présent Accord ne s'applique pas aux mesures non discriminatoires d'application générale prises par des organismes publics pour des raisons qui relèvent de la politique monétaire et des politiques de crédit ou de taux de change.

Article 11
Mesures Fiscales

1. Sous réserve des dispositions du présent Accord, celui-ci ne s'applique pas aux mesures fiscales.

2. Aucune disposition du présent Accord ne doit être interprétée comme une obligation d'une Partie de donner à un investisseur de l'autre Partie, concernant ses investissements, le bénéfice de tout traitement, préférence ou privilège découlant d'un accord pour éviter la double imposition, actuel ou futur, auquel une des Parties est membre ou peut ultérieurement y adhérer.

3. Aucune disposition du présent Accord ne peut être interprétée d'une manière qui empêche l'adoption ou l'exécution de toute mesure visant à assurer l'imposition ou le recouvrement équitable ou effectif d'impôts, selon les lois et règlements respectifs des Parties à condition toutefois que cette mesure ne soit pas appliquée de manière à constituer un moyen de discrimination arbitraire ou injustifiable ou une restriction déguisée.

Article 12
Exceptions Concernant la Sécurité

1. Rien dans le présent Accord ne peut être interprété comme une limitation à une Partie d'adopter ou de maintenir des mesures visant à préserver sa sécurité nationale ou l'ordre public, ou d'appliquer les dispositions de ses lois pénales, ou se conformer à ses obligations en ce

qui concerne le maintien de la paix et la sécurité internationales, conformément aux dispositions de la Charte des Nations Unies.

2. Les mesures prises par une Partie en vertu du paragraphe 1 du présent Article ou la décision basée sur les lois de sécurité nationale ou d'ordre public qui peuvent, à tout moment, interdire ou restreindre la réalisation d'un investissement sur son territoire par un investisseur d'une autre Partie ne pourra être soumis au mécanisme de règlement des différends prévu par le présent Accord.

Article 13

Responsabilité Sociale des Entreprises

I. Les investisseurs et leurs investissements doivent s'efforcer d'atteindre le niveau le plus élevé possible de contribution au développement durable de la Partie Hôte et de la communauté locale, à travers l'adoption d'un degré élevé de pratiques socialement responsables, sur la base des principes et des normes volontaires énoncés dans le présent Article.

2. Les investisseurs et leurs investissements doivent mettre en œuvre leurs meilleurs efforts pour se conformer aux principes et normes volontaires suivants, pour un comportement responsable des entreprises et en conformité avec les lois adoptées par la Partie Hôte qui reçoit l'investissement:

a) Stimuler le progrès économique, social et environnemental, visant à parvenir à un développement durable;

b) Respecter les droits de l'homme des personnes qui sont impliquées dans les activités des entreprises, conformément aux obligations et engagements internationaux de la Partie Hôte;

c) Encourager le renforcement des capacités locales grâce à une coopération étroite avec la communauté locale;

d) Encourager le développement du capital humain, en particulier en créant des possibilités d'emploi et en facilitant l'accès des travailleurs à la formation professionnelle;

e) S'abstenir de rechercher ou d'accepter des exemptions qui ne sont pas prévues par la législation de la Partie Hôte, relatives à l'environnement, à la santé publique, à la sécurité, au travail, aux incitations financières ou autres domaines;

f) Soutenir et maintenir les principes de bonne gouvernance d'entreprise, développer et appliquer de bonnes pratiques de gouvernance d'entreprise;

g) Améliorer la transparence de leurs activités dans la lutte contre la corruption et l'extorsion et tenir des livres, registres et comptes sincères et exacts permettant

de garantir qu'ils ne pourront pas être utilisés à des fins de corruption ou de dissimulation d'actes de corruption;

h) S'abstenir d'offrir, promettre, accorder ou solliciter, directement ou indirectement, des paiements illicites ou d'autres avantages indus en vue d'obtenir ou de conserver un marché ou un autre avantage illégitime;

i) Adopter des mécanismes de contrôle interne et des programmes ou des mesures de déontologie et de conformité appropriés visant à prévenir et à détecter la corruption;

j) Développer et appliquer des pratiques d'autodiscipline et des systèmes de gestion efficaces qui favorisent une relation de confiance mutuelle entre les entreprises et la société dans laquelle les opérations sont effectuées;

k) Promouvoir la connaissance des travailleurs au sujet de la politique de l'entreprise, grâce à la diffusion appropriée de cette politique, y compris les programmes de formation professionnelle;

l) S'abstenir de toute action discriminatoire ou disciplinaire contre les employés ayant présenté des rapports de violation à la direction ou, le cas échéant, aux autorités publiques compétentes, sur les pratiques qui violent la loi ou violent les normes de gouvernance d'entreprise à laquelle la société est soumise;

m) Encourager, dans la mesure du possible, les associés d'affaires, y compris les fournisseurs et les services sous-traités, à appliquer les principes de conduite des affaires conformes aux principes énoncés au présent Article; et

n) Respecter les activités politiques et les processus locaux.

PARTIE III —Gouvernance Institutionnelle et Prévention des Différends

Article 14
Comité Conjoint d'Administration de l'Accord

1. Aux fins du présent Accord, les Parties créent un Comité Conjoint pour l'administration du présent Accord (ci-après dénommé "Comité Conjoint").

2. Ce Comité sera composé des représentants des Gouvernements des deux Parties désignés par leurs Gouvernements respectifs.

3. Le Comité Conjoint se réunira aux dates, lieux et par les moyens convenus entre les Parties. Les réunions se tiendront au moins une fois par an, en alternance de présidence entre les Parties.

4. Le Comité Conjoint se chargera de :

a) Surveiller la mise en œuvre et l'exécution du présent Accord et examiner toute question pouvant affecter le bon fonctionnement du présent Accord, y compris des questions liées à la responsabilité sociale des entreprises, à la préservation de l'environnement, de la santé et de la sécurité publique, au respect des droits de l'homme, y compris les droits des travailleurs et à la lutte contre la corruption.

b) Discuter et partager les opportunités d'expansion des investissements mutuels;

c) Coordonner la mise en œuvre des agendas de coopération et de facilitation des investissements mutuellement convenus (annexe I);

d) Consulter le secteur privé et la société civile, le cas échéant, sur leurs points de vue concernant des questions spécifiques soumises au Comité Conjoint;

e) Résoudre à l'amiable les problèmes et différends concernant l'investissement des Parties et donner des interprétations au sujet des dispositions de l'Accord. Une interprétation faite par le Comité Conjoint d'une disposition du présent Accord est obligatoire pour le tribunal institué en vertu de l'Article relatif au règlement des différends entre les Parties;

f) Supplémenter les règles de résolution des différends arbitrales entre les Parties, s'il est considéré nécessaire par les Parties;

g) examiner la nécessité ou la convenance de recommander aux Parties des amendements à l'Accord conformément à l'Article 22 du présent Accord.

5. Les Parties peuvent établir des groupes de travail ad hoc, qui se réuniront avec le Comité Conjoint ou séparément.

6. Le secteur privé pourra être invité à participer aux groupes de travail ad hoc, sur autorisation du Comité Conjoint.

7. Les décisions et recommandations du Comité Conjoint doivent être prises par consensus.

8. Le Comité Conjoint établira ses propres règles de procédure.

Article 15

Points Focaux Nationaux ("Ombudsmen")

1. Chaque Partie désignera un Point Focal National, ou "Ombudsman", qui aura pour responsabilité principale de soutenir l'investisseur de l'autre Partie sur son territoire.

2. Au Brésil, l'"Ombudsman" sera l'Ombudsman des Investissements Directs (OID) au sein du Conseil de Commerce Extérieur (CAMEX).

3. Au Maroc, le Point Focal National, ou "Ombudsman", se situera à l'Agence Marocaine de Développement des Investissements et des Exportations (AMDIE).

4. Le Point Focal National, ou "Ombudsman", entre autres responsabilités, devra:

a) assurer le secrétariat du Comité Conjoint ;

b) s'efforcer de suivre les lignes directrices du Comité Conjoint et interagir avec le Point Focal National de l'autre Partie, conformément au présent Accord;

c) interagir avec les autorités gouvernementales compétentes pour évaluer et recommander, le cas échéant, des solutions aux suggestions et plaintes soumises par le Gouvernement et les investisseurs de l'autre Partie, en fournissant des informations à ces derniers sur les engagements résultant de ces suggestions et plaintes;

d) atténuer les différends et faciliter leur résolution en coordination avec les autorités gouvernementales compétentes et en partenariat avec des organismes privés pertinents;

e) fournir des informations opportunes et utiles sur les questions de réglementation sur l'investissement en général ou sur des projets spécifiques; et

f) rapporter ses activités et ses actions au Comité Conjoint, le cas échéant.

5. Le Point Focal National doit répondre dans des délais raisonnables aux notifications et aux demandes formulées par le Gouvernement et les investisseurs de l'autre Partie.

Article 16

Échange d'informations entre les Parties

1. Les Parties échangeront des informations, lorsque cela est possible et pertinent pour les investissements réciproques, concernant les opportunités d'affaires, les procédures et les conditions d'investissement, notamment à travers le Comité Conjoint et ses Points Focaux Nationaux.

2. A la demande de l'une des Parties, il y aura un échange d'information sur les mesures de l'autre Partie qui seront susceptibles d'avoir un impact sur les investissements sur son territoire. A cette fin, la Partie concernée fournira, sur demande, avec célérité et respect pour le niveau de protection accordé, les informations concernant, notamment, les éléments suivants:

a) conditions réglementaires pour l'investissement;

b) incitations spécifiques et programmes gouvernementaux connexes;

c) politiques publiques et cadres juridiques qui peuvent influer sur l'investissement;

d) cadre juridique de l'investissement, y compris la législation sur la création d'entreprises et des joint ventures;

e) traités internationaux connexes;

f) procédures douanières et régimes fiscaux;

g) informations statistiques concernant le marché des biens et services;

h) infrastructures disponibles et services publics;

i) marchés gouvernementaux et concessions publiques;

j) législation du travail et sociale;

k) législation en matière d'immigration;

l) législation de change;

m) informations sur les secteurs économiques spécifiques ou sur des domaines préalablement identifiés par les Parties; et

n) projets et accords régionaux sur les investissements.

3. Les Parties échangeront également des informations sur les partenariats public-privé (PPP), notamment à travers une plus grande transparence et un accès rapide à l'information sur la législation y afférents.

Article 17

Traitement de l'Information Protégée

1. Chaque Partie doit respecter le niveau de protection accordé aux informations échangées conformément à la demande de l'autre Partie, selon les exigences de sa législation interne sur la question.

2. Aucune des dispositions du présent Accord ne doit être interprétée comme obligeant une Partie à divulguer des informations protégées, dont la divulgation mettrait en péril l'application des lois ou serait contraire à l'intérêt public ou porterait atteinte à la vie privée ou porterait atteinte aux intérêts commerciaux légitimes, y compris tout renseignement d'affaire confidentiel dont la divulgation causerait un préjudice à la position concurrentielle de l'investisseur ou de l'investissement. Aux fins du présent paragraphe, des informations protégées comprennent des renseignements commerciaux confidentiels ou des informations considérées comme privilégiées ou protégées contre la divulgation en vertu des lois applicables d'une Partie.

Article 18

Interaction avec le Secteur Privé

Reconnaissant le rôle clé joué par le secteur privé, les Parties doivent faire connaître, parmi les secteurs d'activité concernés, les informations générales sur les investissements, les cadres réglementaires et les opportunités d'affaires sur le territoire de l'autre Partie.

Article 19

Procédure de Prévention des Différends

1. Si une Partie considère qu'une mesure spécifique adoptée par l'autre Partie constitue une violation du présent Accord, elle peut invoquer le présent Article pour engager une procédure de prévention des différends au sein du Comité Conjoint.

2. Les règles suivantes s'appliquent à la procédure susmentionnée:

a) Pour initier la procédure, la Partie intéressée soumet au Point Focal de l'autre Partie une demande écrite, en identifiant la mesure spécifique en question et en faisant le point sur les conclusions de fait et de droit qui sous-tendent la soumission. Le Comité Conjoint se réunira dans les 60 (soixante) jours suivant la date de la demande;

b) Le Comité Conjoint dispose d'un délai de 60 (soixante) jours à compter de la date de la première réunion, prorogeable d'un commun accord, pour évaluer la demande présentée et préparer un rapport.

c) Le rapport du Comité Conjoint comprend:

i) Identification de la Partie soumissionnaire;

ii) Description de la mesure en question et violation alléguée de cet Accord; et

iii) Conclusions du Comité Conjoint.

d) Si le différend n'est pas résolu dans un délais de 60 (soixante) jours après la présentation du rapport par le Comité Conjoint ou s'il n'y a pas de participation d'une Partie aux réunions du Comité Conjoint convoquées conformément au présent rticle, le différend peut être soumis à l'arbitrage par l'autre Partie conformément à l'Article 20 de cet Accord.

3. Si la mesure en question affecte un investisseur spécifique, les règles complémentaires suivantes s'appliquent:

a) la soumission initiale doit identifier l'investisseur concerné; et

b) des représentants de l'investisseur concerné peuvent être invités à participer aux réunions du Comité Conjoint.

4. Le Comité Conjoint peut inviter, en cas de besoin, d'autres parties prenantes intéressées à participer aux réunions du Comité Conjoint et à présenter leur point de vue sur la mesure mentionnée au paragraphe 1 de cet Article.

5. Les comptes rendus des réunions tenues en vertu de la procédure de prévention des différends et toute autre documentation connexe demeurent confidentiels, à l'exception du rapport soumis par le Comité Conjoint en application du paragraphe 2 de cet Article, sous réserve de la législation de chacune des Parties concernant la divulgation d'information.

Article 20

Règlement des Différends entre les Parties

1. Si le différend n'est pas réglé selon la procédure décrite à l'Article 19, il sera soumis aux mécanismes d'arbitrage entre Etats à la demande de l'une des Parties.

Une Partie peut refuser de soumettre à l'arbitrage une question relative à un investissement effectué par un national de cette Partie ou par un national d'un pays avec lequel elle n'entretient pas des relations diplomatiques.

2. Le but de l'arbitrage est de mettre en conformité la mesure déclarée non-conforme à l'Accord par la sentence arbitrale. Les Parties peuvent toutefois convenir de permettre aux arbitres de considérer l'existence de dommages causés par la mesure litigieuse et de fixer une indemnité pour ces dommages dans la sentence arbitrale. Si la sentence arbitrale fixe une compensation monétaire, l'Etat qui reçoit cette compensation la transférera aux titulaires des droits d'investissement en question, après déduction des frais du litige, conformément aux procédures internes respectives de chaque Partie.

3. Le présent Article n'est pas applicable aux différends ayant surgi ou aux mesures adoptées avant l'entrée en vigueur du présent Accord.

4. Les Parties peuvent d'un commun accord choisir d'utiliser un autre mécanisme de règlement des différends en matière d'investissement ou de constituer un panel d'arbitrage spécifique pour le différend.

5. Dans le cas de l'établissement d'un tribunal arbitral pour chaque différend, dans les 2 (deux) mois après réception par voie diplomatique de la demande d'arbitrage, chaque Partie désignera un membre du Tribunal Arbitral. Les deux membres du Tribunal Arbitral désigneront un national d'un Etat tiers qui, sous réserve de l'approbation des deux Parties, sera nommé président du Tribunal Arbitral. Le président doit être nommé dans les 2 (deux) mois à compter de la date de nomination des deux autres membres du Tribunal Arbitral.

6. Si, dans les délais fixés au paragraphe 5 du présent Article, les nominations nécessaires ne sont pas terminées, une des Parties peut inviter le Président de la Cour Internationale de Justice à procéder aux nominations nécessaires. Si le Président de la Cour

Internationale de Justice est un national d'une Partie ou est empêché d'exercer cette fonction, le Vice-Président de cette Cour sera invité à procéder aux nominations nécessaires. Si le Vice-Président est un national d'une Partie ou est empêché d'exercer cette fonction, le membre de la Cour internationale de Justice le plus ancien qui n´est pas un national d'une Partie sera invité à procéder aux nominations nécessaires.

7. Les arbitres:

a) doivent avoir l'expérience ou l'expertise nécessaire dans le droit international public, les règles d'investissement international et le droit du commerce international, ou encore dans la résolution de litiges liés aux accords internationaux d'investissement ou des accords commerciaux internationaux;

b) doivent être indépendants et ne pas être liés à aucune des Parties ni accepter des instructions d´aucune des Parties; et

c) doivent se confirmer aux «Règles de conduite relatives au mémorandum d'accord sur les règles et procédures régissant le règlement des différends» de l'Organisation Mondiale du Commerce (WT/DSB/RC/1, 11 décembre 1996), ou à d'autres règles de conduite établies par le Comité Conjoint.

8. Le Tribunal Arbitral établira ses propres règles de procédure. Le Tribunal Arbitral prendra ses décisions à la majorité. Ces décisions sont contraignantes pour les deux Parties. Sauf accord contraire, le Tribunal Arbitral rendra une décision dans les 6 (6six mois suivants la nomination du Président, conformément aux paragraphes 5 et 6 du présent Article.

9. La décision du tribunal arbitral est définitive et obligatoire pour les Parties, qui doivent s'y conformer sans délai.

10. Le Comité Conjoint approuvera la règle générale pour déterminer la compensation des arbitres, en tenant compte des pratiques des organisations internationales pertinentes. Sauf accord contraire, les Parties supportent à part égale les frais des arbitres ainsi que d'autres frais de la procédure.

PARTIE IV – Agenda de Coopération et de Facilitation des Investissements

Article 21
Agenda de Coopération et de Facilitation des Investissements

1. Le Comité Conjoint élaborera et discutera un agenda de coopération et de facilitation sur des sujets pertinents pour la promotion et l´accroissement des investissements bilatéraux. Les sujets qui seront initialement abordés ainsi que leurs objectifs sont énumérés dans l'Annexe I - "Agenda de Coopération et de Facilitation des Investissements".

2. L'agenda sera discuté entre les autorités gouvernementales compétentes des deux Parties. Le Comité Conjoint invitera, le cas échéant, d´autres responsables gouvernementaux des deux Parties compétents pour les discussions de cet agenda.

3. Les Parties soumettront au Comité Conjoint les noms des organismes gouvernementaux et de leurs représentants officiels responsables qui devront participer aux discussions de cet Agenda.

PARTIE V - Dispositions Générales et Finales

Article 22
Entrée en Vigueur, Validité, Amendement et Expiration

1. Ni le Comité Conjoint ni les Points Focaux, ou "Ombudsmen", ne remplaceront les voies diplomatiques existantes entre les Parties.

2. Cet Accord entrera en vigueur après que les Parties notifient par écrit, l'une à l'autre, que toutes leurs procédures internes respectives relatives à l'entrée en vigueur de cet Accord ont été accomplies. L'entrée en vigueur interviendra 90 (quatre-vingt dix) jours après la date de réception de la dernière notification.

3. Cet Accord restera en vigueur pour une période initiale de 10 (dix) ans. Il sera renouvelé automatiquement pour des périodes consécutives de 5 (cinq) ans, sauf si, 1 (une) année avant l'expiration de la période de validité, l'une des Parties notifie, par écrit et à travers les canaux diplomatiques, à l'autre Partie son intention de mettre fin à cet Accord.

4. Sans préjudice de ses réunions régulières, 10 (dix) ans après l'entrée en vigueur du présent Accord, le Comité Conjoint procédera à un examen général de sa mise en œuvre et présentera des recommandations, si nécessaire.

5. Cet Accord pourra être amendé par un consentement mutuel des deux Parties. Cet amendement entrera en vigueur conformément aux procédures requises pour l'entrée en vigueur du présent Accord prévues au niveau du paragraphe 2 du présent Article.

6. En ce qui concerne les investissements réalisés avant l'expiration du présent Accord, les dispositions de l'Article 1 à l'Article 20 dudi t accord demeureront en vigueur pour une période supplémentaire de 2 (deux) années à compter de la date d'expiration de cet Accord.

ANNEXE I

AGENDA DE COOPÉRATION ET FACILITATION DES INVESTISSEMENTS

La discussion des sujets indiqués ci-dessous représente un premier effort pour améliorer la coopération et faciliter les investissements entre les Parties et peut être étendu et modifié à tout moment par le Comité Conjoint, conformément aux intérêts mutuels :

(a) Sous réserve de leur législation nationale, chaque Partie s'efforcera d'apporter l'assistance aux investisseurs de l'autre Partie en matière d'accomplissement des exigences techniques et des normes environnementales.

(b) Les Parties conviennent que l'accès et le transfert de technologie doivent être effectués, chaque fois que possible, et que cela doit contribuer au développement de l'activité économique, le commerce des biens et services et de l'investissement productif.

En foi de quoi, les représentants soussignés, dûment autorisés par leurs Gouvernements respectifs, ont signé le présent Accord.

Fait à Brasília, le 13 juin 2019 en deux exemplaires originaux, en langues portugaise, arabe et française, les trois textes faisant également foi. En cas de divergence d'interprétation, la version en langue française prévaudra.

POUR LA RÉPUBLIQUE FÉDÉRATIVE DU BRÉSIL

Ernesto Araújo
Ministre des Affaires Étrangères

POUR LE ROYAUME DU MAROC

Nasser Bourita
Ministre des Affaires Étrangères et de la Coopération Internationale

اتفاق

التعاون والتسهيل في ميدان الاستثمارات

بين

جمهورية البرازيل الفدرالية

و

المملكة المغربية

إن جمهورية البرازيل الفدرالية والمملكة المغربية (المشار إليهما فيما بعد ب "الطرفين" أو بشكل فردي ب "الطرف")،

رغبة منهما في تقوية وتحسين روابط الصداقة وروح التعاون المتواصل بين الطرفين؛

وحرصا منهما على تشجيع وترشيد ودعم الاستثمارات الثنائية وتكثيف تعاونهما الاقتصادي من أجل المصلحة المتبادلة لكلا الطرفين؛

اعترافا منهما بالدور **الأساسي** للاستثمارات في تعزيز التنمية المستدامة والنمو الاقتصادي والحد من الفقر وخلق فرص الشغل، والتوسع في الطاقة الإنتاجية والتنمية البشرية؛

واعتبارا منهما لأهمية تشجيع الاستثمار المستدام ونقل التكنولوجيا والمعرفة من أجل تحقيق أهداف التنمية المستدامة؛

واقتناعا منهما أن تحقيق أهداف هذا الاتفاق يجب أن يتم دون المساس بحقوق الطرفين في التشريع من أجل المصلحة العامة؛

وإدراكا منهما أن **إرساء** شراكة استراتيجية بين الطرفين في مجال الاستثمارات يحقق منافع واسعة ومتبادلة للطرفين؛

واعترافا منهما بأهمية تشجيع مناخ شفاف ومرن وودي لاستثمارات الطرفين؛

وإجماعا منهما على إنجاز استثمارات مستثمري طرف على تراب الطرف الأخر يجب أن يتم وفق قوانين وتنظيمات هذا الطرف الآخر؛

ورغبة منها في تشجيع وتعزيز الاتصالات بين القطاع الخاص وحكومتي الطرفين؛

وسعيا منهما إلى إيجاد آلية للتحاور التقني وللمبادرات الحكومية التي من شأنها أن تساهم في زيادة كبيرة للاستثمارات المتبادلة؛

اتفقتا على ما يلي :

الجزء الأول – الأهداف ونطاق تطبيق الاتفاق والتعاريف

المادة 1 – الأهداف

1. يهدف هذا الاتفاق الى تعزيز التعاون بين الطرفين من أجل تسهيل وتشجيع الاستثمارات المتبادلة.

2. لتحقيق هذا الهدف، ينشئ هذا الاتفاق إطارا مؤسساتيا فيما يخص تسهيل الاستثمارات وآلية للحوار وتخفيف المخاطر والوقاية من النزاعات.

المادة 2 - نطاق تطبيق الاتفاق

1. يطبق هذا الاتفاق على جميع الاستثمارات التي أنجزت قبل أو بعد دخوله حيز التنفيذ.

2. لا يمكن الاستناد على هذا الاتفاق من أجل مراجعة أي نزاع تم حله عبر استنفاذ المساطر الداخلية، أو تلك التي تتمتع بحماية حجية الأمر المقضي به، أو أي طلب يتعلق باستثمار تمت تسويته قبل دخول هذا الاتفاق حيز التنفيذ.

3. لا يجب أن يحد هذا الاتفاق من الحقوق والمزايا التي يتمتع بها مستثمر أحد الطرفين بمقتضى القانون الوطني أو الدولي فوق تراب الطرف الآخر.

4. في حالة خضوع مسالة تتعلق بالاستثمارات، في نفس الوقت، لأحكام هذا الاتفاق، للتشريع الوطني لأحد الطرفين أو لاتفاقية دولية يكون الطرفان معا أعضاء فيها، فإن مستثمري الطرف الآخر يمكن لهم الاستفادة من الأحكام الأكثر أفضلية.

المادة 3 – التعاريف

1. لغاية هذا الاتفاق:

1.1 تعني عبارة " **الطرف المضيف**" الطرف الذي انجز الاستثمار فوق ترابه.

1.2 يعني مصطلح " **استثمار**" استثمار مباشر، أي كل اصل مملوك أو مراقب ، بشكل مباشر أو غير مباشر، من قبل مستثمر احد الطرفين والذي يتواجد أو تم امتلاكه على تراب هذا الطرف الآخر وفقا لقانونه، والذي يسمح له بممارسة حق الملكية و الرقابة أو درجة كبيرة من التأثير على تدبير إنتاج السلع أو تقديم الخدمات على تراب الطرف المضيف:

1.2.1 من بين الأشكال التي يمكن للاستثمار أن يتخذها نذكر ما يلي:

ا) الأسهم، السندات والأنواع الأخرى من المساهمات ("Equity") في المقاولة؛

ب) الممتلكات المنقولة وغير المنقولة وغيرها من حقوق الملكية مثل الرهون العقارية، الامتيازات، التعهدات، التكاليف أو الحقوق والالتزامات المماثلة؛

ج) التراخيص الممنوحة بموجب قانون أو بموجب عقد، بما في ذلك تراخيص البحث والتنقيب واستخراج أو استغلال موارد طبيعية؛

د) الالتزامات، والديون والحقوق في أي منفعة ذات قيمة اقتصادية مرتبطة مباشرة بالاستثمار؛

ه) حقوق الملكية الفكرية، كما هي معرفة في اتفاق جوانب حقوق الملكية الفكرية المتصلة بالتجارة في إطار منظمة التجارة العالمية.(ADPIC) من المفهوم أن حقوق الملكية الفكرية التي لا ترتبط باستثمار مستثمر أحد الطرفين لا تشملها المادة المتعلقة بتسوية النزاعات.

2.2.1 لأغراض هذا الاتفاق ولمزيد من اليقين، لا يشمل الاستثمار:

أ) سندات الدين الصادرة عن أحد الطرفين أو للقروض الممنوحة لأحد الطرفين أو لفائدة مقاولة عمومية لا تشتغل وفق قواعد السوق؛

ب) المحفظة الاستثمارية؛

ت) الديون المترتبة فقط عن عقود تجارية لبيع السلع والخدمات؛

ث) الديون التي لا تتعدى فترة استحقاقها ثلاث (3) سنوات؛

ج) القروض الممنوحة في إطار عقد تجاري مثل تمويل التجارة؛

ح) حصص السوق؛

خ) خطابات الائتمان البنكي؛ و

د) المصاريف ما قبل الاستثمار التي أنفقها المستثمر قبل الإنجاز الفعلي لاستثماره فوق تراب الطرف المضيف.

3.2.1 أي تغيير في الشكل القانوني الذي تم به استثمار الأصول أو إعادة استثمارها لا يؤثر على طابعها كاستثمارات بموجب هذا الاتفاق، شريطة أن يتم هذا التغيير وفقا للقوانين والأنظمة المعمول بها في الطرف المضيف وأن الشكل القانوني كما تم تغييره يدخل ضمن تعريف الاستثمار وفق هذه المادة.

3.1 يعني مصطلح **"المستثمر"** أي شخص طبيعي أو معنوي لأحد الطرفين الذي استثمر عن حسن نية فوق تراب الطرف الآخر وفقا لقوانين وأنظمة هذا الطرف الأخير:

أ) (i) يعني مصطلح "شخص طبيعي" شخص طبيعي يحمل جنسية أحد الطرفين أو صفة مقيم دائم، وفقا لقوانين كل طرف .

أ) (ii) لا يشمل هذا الاتفاق استثمارات الأشخاص الطبيعيين الذين يحملون جنسية كلا الطرفين، ما عدا في حالة ما إذا كانوا عند إنجاز استثماراتهم فوق تراب الطرف المضيف يتوفرون على مقر إقامتهم الرئيسي أو مركز أعمالهم فوق تراب الطرف الآخر.

ب) يعني مصطلح " شخص معنوي " شخص معنوي مؤسس ومنظم وفقا لقانون أحد الطرفين والذي يقع مقره وأنشطته التجارية الهامة فوق تراب ذلك الطرف وأنجز الاستثمار فوق تراب الطرف الآخر. لا يشمل نشاط تجاري مهم، على سبيل المثال، مقاولات واجهة والأنشطة التي ليس لديها صلة حقيقية ومستمرة مع اقتصاد ذلك الطرف.

4.1 يعني مصطلح **"الإجراء"** أي إجراء يعتمده أحد الطرفين ويرتبط مباشرة بالاستثمار، سواء على شكل قانون أو قانون تنظيمي او مسطرة أو قرار إداري أو ممارسة وله تأثير على هذا الاستثمار.

5.1 يعني مصطلح **"عملة قابلة للتحويل بحرية "** العملة المستعملة على نطاق واسع من أجل تسديد أداءات في إطار المعاملات الدولية وشائعة التداول في أهم أسواق المبادلات الدولية.

6.1 يعني مصطلح **"الإيرادات"** الموارد المحصل عليها من الاستثمار وتشمل على وجه الخصوص وليس الحصر، الأرباح، الفوائد، الزيادة في رأس المال، أرباح الأسهم، الإتاوات والمصاريف.

7.1 يعني مصطلح **"تراب"** التراب، بما في ذلك المجالين الأرضي والجوي، والبحر الإقليمي والمنطقة الاقتصادية الخالصة، والجرف القاري وباطن الأرض، الذي يمارس داخله أحد الأطراف حقوقه السيادية أو القضائية وفقا للقانون الدولي وتشريعاته الداخلية.

الجزء الثاني – الاجراءات التنظيمية والتخفيف من المخاطر

المادة 4 - التشجيع والقبول

1. يعمل كل طرف، قدر الإمكان، على تشجيع وخلق الظروف المواتية لمستثمري الطرف الآخر من أجل إنجاز استثماراتهم فوق ترابه ويقبل بدخول هذه الاستثمارات وفقا لقوانينه وأنظمته الجاري بها العمل.
2. يعتبر كل توسيع أو تغيير كبيرين أو تحويل في شكل الاستثمار، أنجز وفق القوانين والأنظمة الجاري بها العمل في الطرف المضيف، بمثابة استثمار جديد.

3. لا يمكن لأي طرف، بعد تاريخ دخول هذا الاتفاق حيز التنفيذ ودون المساس بقوانينه وأنظمته المعمول بها قبل هذا التاريخ، أن يعرقل بواسطة إجراءات تعسفية أو تمييزية حسب هذا الاتفاق، تسيير، صيانة، استعمال، التمتع، البيع أو التصفية، فوق ترابه، الاستثمارات المنجزة من قبل مستثمري الطرف الآخر.

4. إيرادات الاستثمارات في حالة إعادة استثمارها وفقا للقوانين والأنظمة المعمول بها في الطرف المضيف، تتمتع بذات الحماية التي يتمتع بها الاستثمار الأصلي.

5. شرط مراعاة قوانينه وأنظمته الجاري بها العمل والسياسات المتعلقة بدخول الرعايا الأجانب، يقدم كل طرف التسهيلات والتصاريح اللازمة لدخول وخروج وإقامة وعمل مستثمر الطرف الآخر ولكل شخص له علاقة دائمة أو مؤقتة مع الاستثمار، مثل الإداريين والخبراء والتقنيين.

6. لا يمكن تأويل أيا من مقتضيات هذا الاتفاق من أجل منع أحد الطرفين من اتخاذ أي إجراء يراه ضروريا لحماية النظام العام، الصحة العمومية أو الحفاظ على البيئة، شريطة أن لا يتم تطبيق هذه الإجراءات بطريقة تمييزية أو تعسفية أو غير مبررة.

7. يجب على المستثمرين والاستثمارات الامتثال للإجراءات المتخذة من قبل الطرف المضيف، التي تنص على الشكليات الخاصة بإنجاز الاستثمار بعد قبوله وأن يقبلوا اختصاص الطرف المضيف بخصوص هذا الاستثمار.

8. يسعى المستثمرون إلى المساهمة في تحقيق أهداف تنمية الطرف المضيف وتقديم أي معلومات قد يطلبها هذا الأخير بخصوص استثماراتهم لأغراض اتخاذ القرارات المرتبطة بهذه الاستثمارات أو لأغراض إحصائية بحتة.

المادة 5 -المعاملة غير التمييزية:
المعاملة الوطنية ومعاملة الدولة الاكثر رعاية

1. دون الإخلال بقوانينه وأنظمته، يمنح كل طرف فوق ترابه لاستثمارات مستثمري الطرف الآخر، فيما يتعلق بتسيير، صيانة، استعمال، التمتع أو التصرف في استثماراتهم، معاملة لا تقل أفضلية عن تلك التي يمنحها، في ظروف مشابهة، لاستثمارات مستثمريه أو لاستثمارات مستثمري دولة ثالثة، ويؤخذ بالمعاملة الأكثر أفضلية.

2. دون الإخلال بقوانينه وأنظمته، يمنح كل طرف فوق ترابه لمستثمري الطرف الآخر، فيما يتعلق بتسيير، صيانة، استعمال، التمتع أو التصرف في استثماراتهم، معاملة لا تقل افضلية عن تلك التي يمنحها، في ظروف مشابهة، لمستثمريه أو لمستثمري دولة ثالثة، ويؤخذ بالمعاملة الأكثر أفضلية.

3. لا يمنع هذا الاتفاق اعتماد وتنفيذ التزامات قانونية جديدة أو قيود على المستثمرين واستثماراتهم، طالما لا تكون هذه الإجراءات أكثر تمييزا مما كانت عليه من قبل.

4. لا تنطبق مقتضيات معاملة الدولة الأكثر رعاية على آليات تسوية النزاعات المنصوص عليها في الاتفاقيات الدولية الأخرى.

5.لا يجب تفسير أحكام هذه المادة المتعلقة بالمعاملة الوطنية ومعاملة الدولة الأكثر رعاية بأنها تلزم أحد الأطراف على تمتيع مستثمري الطرف الآخر واستثماراتهم بالمزايا الخاصة بأية معاملة، أفضلية أو امتياز ناتجة عن:

أ) منطقة تبادل حر، اتحاد جمركي، سوق مشتركة قائمة أو مستقبلية أو أي اتفاق دولي مماثل الذي انضم إليه أحد الطرفين أو يمكن الانضمام إليه مستقبلا أو أي شكل آخر من أشكال التعاون الإقليمي الذي يمكن لأي من الطرفين أن يصبح عضوا فيه؛

ب) الاتفاقيات الدولية المتعلقة بالاستثمار التي يكون أحد الطرفين عضوا فيها، والتي تم التوقيع عليها أو تكون سارية المفعول قبل دخول هذا الاتفاق حيز التنفيذ؛

ج) أي تشريع وطني يتعلق كليا أو أساسا بالضرائب طالما أنه ليس تمييزيا؛

د) الإعانات الحكومية (الهبات، القروض، التأمين والضمانات) الممنوحة حصرا من قبل أحد الطرفين لمستثمريه في إطار أنشطته وبرامج التنمية الوطنية.

المادة 6- نزع الملكية

1. لا يمكن لأي طرف أن يتخذ إزاء مستثمري الطرف الآخر إجراءات التأميم أو نزع الملكية ما عدا إذا كانت هذه الإجراءات:

أ- اتخذت من اجل المنفعة العامة او الصالح العام؛

ب- غير تمييزية؛

ج- مصحوبة بأداء تعويض فعلي؛

د- وفقا للمساطر المنصوص عليها قانونا.

2. لا تطبق أحكام هذه المادة على إصدار التراخيص الإجبارية الممنوحة فيما يتعلق بحقوق الملكية الفكرية، أو على إلغاء الحد أو إنشاء حقوق الملكية الفكرية، شريطة أن يتم احترام المقتضيات المعمول بها بموجب القوانين الوطنية وبموجب اتفاق جوانب حقوق الملكية الفكرية المتصلة بالتجارة " ADPIC".

3. التعويض يجب:

أ) أن يؤدى بدون تأخير غير مبرر، وفقا للنظام القانوني للطرف المضيف؛

ب) أن يعادل القيمة السوقية الحقيقية للاستثمار المنزوع ملكيته مباشرة قبل النزع الفعلي للملكية ("تاريخ نزع الملكية")؛

ج) أن لا يعكس تغييرا في القيمة السوقية بسبب معرفة نية نزع الملكية قبل تاريخ نزع الملكية؛

د) أن يكون مؤدى بالكامل ويتم تحويله بحرية، طبقا للمادة 9 المتعلقة بالتحويلات.

4. يحق للمستثمر الذي انتزعت ملكيته أن يطالب، بموجب القوانين والأنظمة المعمول بها في الطرف المضيف الذي اتخذ قرار نزع الملكية، مراجعة مشروعية الإجراء الإداري المتعلق بنزع الملكية، من قبل سلطة قضائية تابعة للطرف المضيف وكذا تقييم مبلغ التعويض.

5. يتعاون الطرفان لتحسين معرفتهم بالقوانين الوطنية لكل منها والمتعلقة بنزع الملكية.

المادة 7 - التعويض عن الخسائر

1. إن مستثمري الطرف الذين تعرضت استثماراتهم فوق تراب الطرف الآخر لخسائر ناجمة عن حرب أو أي نزاع مسلح، ثورة، حالة طوارئ وطنية، تمرد، عصيان، شغب أو أحداث أخرى مماثلة، يتمتعون فيما يخص الاسترجاعات، التعويضات، المكافآت أو أية تسوية أخرى، بنفس المعاملة التي يمنحها هذا الطرف لمستثمريه أو المعاملة الممنوحة بموجب قاعدة الدولة الأكثر رعاية، إذا كان ذلك أفضل للمستثمر.

2. دون المساس بمقتضيات الفقرة 1 من هذه المادة، فإن مستثمري أحد الطرفين الذين تكبدوا خسائر، في أي من الحالات المشار إليها في هذه الفقرة، فوق تراب الطرف الآخر نتيجة:

أ) حجز ممتلكاتهم من طرف سلطات هذا الطرف الأخير، أو

ب) تدمير ممتلكاتهم من طرف سلطات هذا الطرف الخير،

لهم الحق في التعويض عن الخسائر الناتجة خلال الحجز أو الناجمة عن تدمير ممتلكاتهم.

المادة 8 – الشفافية

يحرص كل طرف على نشر قوانينه، وتنظيماته وقرارته الإدارية ذات التطبيق العام والتي تخص القضايا المشمولة بهذا الاتفاق في أقرب وقت ممكن وتسهيل الوصول إليها، إن أمكن، بالوسائل الإلكترونية، وذلك لتمكين الأشخاص المعنيين من الطرف الآخر من الاطلاع عليها.

المادة 9 – التحويلات

1. كل طرف يسمح لمستثمري الطرف الآخر، بعد الوفاء بالتزاماتهم الضريبية، تحويل المبالغ المتعلقة باستثماراتهم بكل حرية. ويشمل هذا التحويل، على وجه الخصوص، وليس على سبيل الحصر:

أ) المساهمة الأصلية في رأس المال أو كل زيادة في هذا الأخير من أجل صيانة أو توسيع الاستثمار؛

ب) المداخيل المرتبطة مباشرة بالاستثمار؛

ج) العوائد الناتجة عن بيع أو تصفية كلية أو جزئية للاستثمار؛

د) سداد قرض، بما في ذلك الفوائد المترتبة عليه، والذي يرتبط مباشرة بالاستثمار؛

ه) التعويضات المنصوص عليها في المادتين 6 و7 من هذا الاتفاق. في حالة ما إذا تم دفع تعويض على شكل سندات الدين العام، فإن مستثمر الطرف الآخر يمكن له تحويل قيمة عائد بيع هذه السندات في السوق؛

و) الرواتب والأجور الأخرى التي تعود لمواطني أحد الطرفين الذين أذن لهم بالعمل في تراب الطرف الآخر في إطار استثمار؛ و

ز) المدفوعات الناجمة عن تسوية المنازعات وفقا للمادة 20 من هذا الاتفاق.

2. تتم التحويلات المشار إليها في الفقرة 1 من هذه المادة بدون تأخير غير مبرر، بعملة قابلة للتحويل وبسعر صرف السوق الجاري به العمل في تاريخ التحويل وفقا للأنظمة والإجراءات الخاصة بالصرف الجاري بها العمل على تراب الطرف المضيف.

3. على الرغم من الفقرتين 1 و 2 من هذه المادة، يمكن لكل طرف، على أساس غير تمييزي، تأخير أو منع أي تحويل و تطبيق ، بحسن نية، إجراءات ترمي إلى ضمان احترام المستثمرين للتشريع الوطني للبلد المضيف و المتعلق ب :

أ) التقارير المالية أو سجلات التحويلات عندما يكون ذلك ضروريا من اجل المساعدة على تنفيذ القانون أو سلطات الرقابة المالية؛

ب) الإفلاس أو الإعسار أو حماية حقوق الدائنين؛

ج) المخالفات الجنائية أو الجزائية؛

د) الامتثال للأوامر أو الأحكام المتعلقة بالإجراءات القضائية.

4. على الرغم من الفقرتين 1 و2 من هذه المادة، يمكن لأي طرف، على أساس غير تمييزي، وطبقا لحقوق والتزامات الدول الأعضاء في صندوق النقد الدولي في إطار أنظمة صندوق النقد الدولي، اعتماد أو الإبقاء على إجراءات ترمي إلى تقييد حرية تحويل رؤوس الأموال الأجنبية وأداء المعاملات في الحالات التالية:

أ) عندما يواجه ميزان مدفوعاته صعوبات مالية خطيرة أو يكون مهددا بمواجهتها؛ أو

ب) في الظروف الاستثنائية التي تكون فيها تحركات الرساميل تسبب أو تهدد بخلق صعوبات جدية في تدبير الاقتصاد الكلي، وخاصة فيما يتعلق بالسياسات النقدية أو أسعار الصرف.

5. إن الإجراءات المشار إليها في الفقرة 4 من هذه المادة يجب أن:

أ) لا تتجاوز ما هو ضروري لمواجهة الظروف المشار إليها في الفقرة 4 من هذه المادة؛

ب) تطبق خلال فترة زمنية محدودة ويتم إلغاؤها بمجرد أن تسمح الظروف بذلك؛ و

ج) تبلغ في حينها للطرف الآخر.

المادة 10 - الإجراءات الاحترازية

1. لا يمنع هذا الاتفاق أي طرف من اعتماد أو الابقاء على تدابير معقولة لأسباب احترازية، خصوصا، من أجل ضمان ما يلي:

أ) حماية المستثمرين، المودعين، المشاركين في السوق المالي، حاملي بوليصيات التأمين أو أصحاب الحقوق؛

ب) الحفاظ على أمن، وصلابة، ويسر، ونزاهة أو المسؤولية المالية للمؤسسات المالية؛

ج) المحافظة على نزاهة واستقرار النظام المالي لأحد الطرفين.

2. لا يطبق هذا الاتفاق على الإجراءات غير التمييزية ذات الطابع العام المتخذة من قبل هيئات عمومية لأسباب تدخل في نطاق السياسة النقدية وسياسات الائتمان وسعر الصرف.

المادة 11 - التدابير الضريبية

1. شرط مراعاة مقتضيات هذا الاتفاق، فإن هذا الأخير لا يطبق على الإجراءات الضريبية.

2. لا يمكن تفسير أي بند من هذا الاتفاق على أنه يلزم أحد الطرفين بأن يمنح لمستثمري الطرف الآخر، بخصوص استثماراته، الاستفادة من أية معاملة، تفضيل أو امتياز ناجم عن اتفاق لتجنب الازدواج الضريبي، حالي أو مستقبلي، يكون أحد الطرفين عضوا فيه يمكن أن ينضم إليه في وقت لاحق.

3. لا يمكن تفسير أي بند من هذا الاتفاق على أنه يمنع أحد الطرفين من اعتماد أو تنفيذ أي إجراء يرمي إلى ضمان جباية أو تحصيل عادل او فعلي للضرائب، وفقا للقوانين والأنظمة المعمول بها لدى الطرفين شريطة أن لا يطبق هذا الإجراء بكيفية تشكل وسيلة لتمييز تعسفي أو غير مبرر أو تقييد مقنع.

المادة 12 - الاستثناءات المتعلقة بالأمن

1 .ليس في هذا الاتفاق ما يمكن تفسيره على أنه يحد من حق أي طرف من اعتماد أو الحفاظ على إجراءات ترمي لحماية الأمن القومي أو النظام العام، أو لتطبيق أحكام قوانينه الجنائية، أو الامتثال لالتزاماته فيما يتعلق بالحفاظ على السلم والأمن الدوليين، وفقا لمقتضيات ميثاق الأمم المتحدة.

2. الإجراءات التي يتخذها أحد الأطراف بموجب الفقرة 1 من هذه المادة أو قرار اتخذ وفقا للقوانين المتعلقة بالأمن القومي أو النظام العام والتي من شأنها، في أي وقت، أن تحظر أو تقيد إنجاز استثمار فوق ترابه من قبل مستثمر الطرف الآخر لا يمكن أن تخضع لآلية تسوية النزاعات المنصوص عليها في هذا الاتفاق.

المادة 13 - المسؤولية الاجتماعية للمقاولات

1. يجب على المستثمرين واستثماراتهم أن يسعوا إلى تحقيق أعلى مستوى ممكن من المساهمة في التنمية المستدامة للطرف المضيف والساكنة المحلية من خلال اعتماد درجة عالية من الممارسات المسؤولة اجتماعيا على أساس المبادئ والمعايير الطوعية المنصوص عليها في هذه المادة.

2. يجب على المستثمرين واستثماراتهم بدل قصارى جهدهم قصد التوافق مع المبادئ والمعايير الطوعية التالية، من أجل سلوك مسؤول للمقاولات ووفقا للقوانين المعتمدة من الطرف المضيف الذي يستقبل الاستثمار :

أ) تحفيز التقدم الاقتصادي والاجتماعي والبيئي، من أجل تحقيق تنمية مستدامة؛

ب) احترام حقوق الإنسان بالنسبة للأشخاص الذين يشاركون في أنشطة المقاولات وفقا للالتزامات والتعهدات الدولية للطرف المضيف؛

ج) تشجيع دعم القدرات المحلية من خلال تعاون وثيق مع الساكنة المحلية؛

د) تشجيع تنمية الرأسمال البشري، ولا سيما من خلال خلق فرص الشغل وتسهيل ولوج العمال إلى التكوين المهني؛

ه) الامتناع عن البحث أو قبول الإعفاءات غير المنصوص عليها في تشريع الطرف المضيف، المتعلقة بالبيئة، الصحة العمومية، السلامة، الشغل، الحوافز المالية أو بمجالات أخرى؛

و) الدعم والحفاظ على مبادئ الحكامة الجيدة للمقاولة، تطوير وتطبيق أفضل الممارسات المتعلقة بحكامة المقاولة؛

ز) تحسين شفافية أنشطتها في مجال مكافحة الرشوة والابتزاز ومسك دفاتر وسجلات وحسابات ذات صدقية ودقيقة تسمح بضمان من أن لا يمكن أن تستخدم لأغراض الفساد أو التستر على أعمال الفساد؛

ح) الامتناع عن عرض، وعد، تقديم أو طلب، بصفة مباشرة أو غير مباشرة، رشوة أو امتيازات أخرى غير مستحقة من أجل الحصول او الاحتفاظ على صفقة أو أي امتياز آخر غير مشروع؛

ط) اعتماد آليات مراقبة داخلية وبرامج أو إجراءات أخلاقية مطابقة وملائمة ترمي إلى الوقاية وكشف الفساد؛

ي) تطوير وتطبيق ممارسات الانضباط الذاتي وأنظمة تسيير فعالة تعزز علاقة الثقة المتبادلة بين المقاولات والمجتمع الذي يتم فيه تنفيذ العمليات الاستثمارية؛

ك) تعزيز معرفة العمال بسياسة المقاولة، من خلال نشر ملائم لهذه السياسة، بما في ذلك برامج التكوين المهني؛

ل) الامتناع عن أي عمل تمييزي أو تأديبي ضد العمال الذين قاموا بتبليغ الإدارة بأي انتهاكات، أو عند الاقتضاء، السلطات العمومية المختصة، بشأن الممارسات التي تخالف القانون أو تنتهك معايير تخص حكامة المقاولة التي يجب أن تخضع لها الشركة؛

م) تشجيع، قدر الإمكان، الشركاء التجاريين، بما في ذلك الموردين والمنوالين، على تطبيق مبادئ سلوك تجاري يتوافق مع المبادئ الواردة في هb ذه المادة؛ و

ص) احترام الأنشطة السياسية والعمليات المحلية.

الجزء الثالث– الحكامة المؤسساتية وتفادي النزاعات

المادة 14 - اللجنة المشتركة لإدارة الاتفاق

1. لأغراض هذا الاتفاق، ينشئ الطرفان لجنة مشتركة لإدارة هذا الاتفاق (المشار إليها فيما يلي باسم "اللجنة المشتركة.")

2. تتكون اللجنة من ممثلين عن حكومتي الطرفين يتم تعيينهم من قبل حكومتيهما.

3. تجتمع اللجنة المشتركة في التواريخ والأماكن وبالوسائل المتفق عليها بين الطرفين. وتعقد اللجنة المشتركة اجتماعاتها مرة واحدة على الأقل في السنة، وترأس بالتناوب بين الطرفين.

4. تتكلف اللجنة المشتركة بما يلي:

أ) مراقبة تطبيق وتنفيذ هذا الاتفاق والنظر في أي مسألة قد تؤثر على العمل الجيد بهذا الاتفاق، بما في ذلك المسائل المتعلقة بالمسؤولية الاجتماعية للمقاولات، والحفاظ على البيئة والصحة والسلامة العامة، واحترام حقوق الإنسان، بما فيها حقوق العمال ومكافحة الفساد؛

ب) مناقشة وتبادل المعلومات حول فرص توسيع الاستثمارات المتبادلة؛

ج) تنسيق تنفيذ أجندة التعاون وتسهيل الاستثمارات كما تم التوافق حولها بين الطرفين (الملحق 1) ؛

د) استشارة القطاع الخاص والمجتمع المدني، عند الاقتضاء، بخصوص وجهات نظرهم بشأن قضايا محددة معروضة على اللجنة المشتركة؛

ه) إيجاد حلول ودية للمشاكل والنزاعات المتعلقة باستثمارات الطرفين وتقديم تفسيرات بشأن مقتضيات هذا الاتفاق. كل تفسير تم من قبل اللجنة المشتركة لإحدى مقتضيات هذا الاتفاق يعد ملزما لمحكمة التحكيم المنشأة بموجب المادة المتعلقة بتسوية المنازعات بين الطرفين؛

و) استكمال قواعد حل النزاعات التحكيمية بين الطرفين إذا اعتبر الطرفان ذلك ضروريا؛

ز) النظر في ضرورة أو إمكانية تقديم توصيات إلى الطرفين من أجل تعديل الاتفاق وفقا للمادة 22 من هذا الاتفاق؛

5. يمكن للطرفين إنشاء مجموعات عمل متخصصة والتي يمكن لها أن تجتمع مع اللجنة المشتركة أو لوحدها؛

6 . يمكن دعوة القطاع الخاص من أجل المشاركة في مجموعات العمل المتخصصة بعد موافقة اللجنة المشتركة؛

7. يجب أن تتخذ القرارات والتوصيات الصادرة عن اللجنة المشتركة على أساس توافقي؛

8. تقوم اللجنة المشتركة بتحديد قواعد عملها ونظامها الداخلي.

المادة 15 - نقاط الاتصال الوطنية ("الوسيط")

1. يعين كل طرف نقطة اتصال وطنية، أو "الوسيط"، تكون مهمتها الأساسية دعم مستثمر الطرف الآخر فوق ترابه.

2. في البرازيل، "الوسيط" يتواجد بمجلس التجارة الخارجية (كاميكس).

3. في المغرب، نقطة الاتصال الوطنية، أو "الوسيط" هي الوكالة المغربية لتنمية الاستثمارات والصادرات (أمدي).

4. يعهد إلى نقطة الاتصال الوطنية، أو "الوسيط"، مسؤوليات من بينها:

أ) تتكلف بالكتابة العامة للجنة المشتركة؛

ب) السعي إلى اتباع توجيهات اللجنة المشتركة والتفاعل مع نقطة الاتصال الوطنية للطرف الآخر وفقا لهذا الاتفاق؛

ج) التفاعل مع السلطات الحكومية المختصة لتقييم وتقديم توصيات، عند الاقتضاء، بخصوص حلول للمقترحات والشكاوى المقدمة من طرف حكومة ومستثمري الطرف الآخر، وذلك عبر توفير المعلومات لهم بشأن الالتزامات الناشئة عن هذه المقترحات والشكاوى؛

د) التخفيف من حدة النزاعات وتسهيل التوصل إلى حلول لها بالتنسيق مع الجهات الحكومية المختصة وبشراكة مع مؤسسات القطاع الخاص ذات الصلة؛

ه) تقديم المعلومات المناسبة والمفيدة حول المسائل التنظيمية التي تهم الاستثمار بشكل عام أو تلك التي تهم مشاريع محددة؛ و

و) تقديم تقارير عن أنشطتها وأعمالها الى اللجنة المشتركة، عند الاقتضاء.

5. يجب على نقطة الاتصال الوطنية الاستجابة في آجال معقولة للإخطارات والطلبات المقدمة من طرف حكومة ومستثمري الطرف الآخر.

المادة 16 - تبادل المعلومات بين الأطراف

1. يتبادل الطرفان المعلومات، عندما يكون ذلك ممكنا ومناسبا للاستثمارات المتبادلة، فيما يخص فرص الأعمال، المساطر وشروط الاستثمار، لا سيما من خلال اللجنة المشتركة ونقاط الاتصال الوطنية الخاصة بكل منهما.

2. بناء على طلب أحد الطرفين، يتم تبادل المعلومات بشأن إجراءات الطرف الآخر التي من المحتمل أن يكون لها تأثير على الاستثمارات فوق ترابه. وتحقيقا لهذه الغاية، يقدم الطرف المعني، بناء على طلب الطرف الآخر، على وجه السرعة وباحترام لمستوى الحماية الممنوحة، معلومات تتعلق، على وجه الخصوص، بالعناصر التالية:

أ) الشروط التنظيمية للاستثمار؛

ب) الحوافز المحددة والبرامج الحكومية ذات الصلة؛

ج) السياسات العامة والقوانين التي يمكن أن تؤثر على الاستثمار؛

د) الإطار القانوني للاستثمار، بما في ذلك التشريعات المتعلقة بإنشاء المقاولات والمشاريع المشتركة.

ه) المعاهدات الدولية ذات الصلة؛

و) المساطر الجمركية والأنظمة الضريبية؛

ز) معلومات إحصائية عن سوق السلع والخدمات؛

ح) البنيات التحتية المتاحة والمرافق العمومية؛

ط) الصفقات الحكومية والتفويضات العمومية؛

ي) التشريعات الاجتماعية والخاصة بالشغل؛

ك) التشريعات الخاصة بالهجرة؛

ل) التشريعات الخاصة بالصرف؛

م) معلومات عن قطاعات اقتصادية محددة أو عن مجالات تم تحديدها سلفا من قبل الطرفين؛ و

ن) مشاريع واتفاقيات استثمار إقليمية.

3. يتبادل الطرفان أيضا المعلومات بشأن الشراكات بين القطاعين العام والخاص (PPP)، لا سيما من خلال زيادة الشفافية وضمان وصول سريع إلى المعلومات المتعلقة بالتشريعات الخاصة بها.

المادة 17 – معاملة المعلومات المحمية

1. على كل طرف احترام مستوى الحماية الممنوحة للمعلومات المتبادلة وفقا لطلب الطرف الآخر، كما هو منصوص عليه بموجب التشريع المحلي حول هذه المسألة.

2. لا يجب تأويل أي بند من هذا الاتفاق بشكل يجبر طرفا على الكشف عن معلومات محمية، والتي يمثل الكشف عنها خطرا على تطبيق القوانين أو انتفاء للمصلحة العامة أو مسا بالحياة الخاصة أو مسا بالمصالح التجارية المشروعة، بما في ذلك أي معلومة تجارية سرية التي من شأن الكشف عنها أن يسبب ضررا للوضع التنافسي للمستثمر أو للاستثمار. لأغراض هذه الفقرة، تشمل المعلومات المحمية المعلومات التجارية السرية أو المعلومات التي تعتبر ذات أفضلية أو محمية من النشر بموجب القوانين المعمول بها من قبل أحد الطرفين.

المادة 18 - التفاعل مع القطاع الخاص

اعترافا بالدور الرئيسي الذي يلعبه القطاع الخاص، يجب على الطرفين، الإفصاح، من بين قطاعات الأنشطة المعنية، عن معلومات عامة حول الاستثمارات، الإطارات التنظيمية ولفرص الأعمال فوق تراب الطرف الآخر.

المادة 19 – مسطرة تفادي النزاعات

1. إذا اعتبر أحد الطرفين أن إجراء محددا تم اعتماده من قبل الطرف الآخر يشكل خرقا لهذا الاتفاق، يجوز له، اللجوء إلى هذه المادة من أجل بدء مسطرة تفادي النزاعات في إطار اللجنة المشتركة.

2. تطبق القواعد التالية على المسطرة المذكورة أعلاه:

أ) لبدء المسطرة، يقدم الطرف المعني إلى نقطة اتصال الطرف الآخر طلبا خطيا يبين الإجراء المحدد المعني مع وضع تقييم للوقائع والجوانب القانونية التي كانت وراء بدء المسطرة. تجتمع اللجنة المشتركة خلال ستين (60) يوما من تاريخ تقديم الطلب.

ب) تتوفر اللجنة المشتركة على مدة ستين (60) يوما، ابتداء من تاريخ اجتماعها الأول، قابلة للتمديد باتفاق الطرفين، من أجل تقييم الطلب وإعداد تقرير بهذا الشأن.

ج) يتضمن تقرير اللجنة المشتركة ما يلي:

i) تحديد الطرف صاحب الطلب؛

ii) وصف الإجراء المعني و الانتهاك المفترض لهذا الاتفاق؛ و

iii) الخلاصات التي خرجت بها اللجنة المشتركة.

د) إذا لم يتم حل النزاع خلال مدة ستين (60) يوما ابتداء من تاريخ تقديم التقرير من قبل اللجنة المشتركة أو إذا لم يكن هناك مشاركة من أحد الطرفين المدعو لاجتماعات اللجنة المشتركة المنعقدة وفقا لهذه المادة، يجوز عرض النزاع على التحكيم من قبل الطرف الآخر وفقا للمادة 20 من هذا الاتفاق.

3. إذا مس الإجراء المعني مستثمرا محددا، يتم تطبيق القواعد الإضافية التالية:

أ) يجب أن يحدد الطلب الأولي المستثمر المعني؛ و

ب) يجوز دعوة ممثلي المستثمر المعني للمشاركة في اجتماعات اللجنة المشتركة.

4. يمكن للجنة المشتركة، إذا لزم الأمر، أن تستدعي أطرافا أخرى معنية لحضور اجتماعاتها وعرض وجهات نظرها بخصوص الإجراء المشار إليه في الفقرة 1 من هذه المادة.

5. محاضر الاجتماعات التي تعقد في إطار مسطرة تفادي النزاعات وأية وثائق أخرى ذات صلة بها تظل سرية باستثناء التقرير المقدم من طرف اللجنة المشتركة وفقا للفقرة 2 من هذه المادة مع مراعاة تشريع كل طرف بشأن الإفصاح عن المعلومات.

المادة 20 - تسوية النزاعات بين الأطراف

1. إذا لم تتم تسوية النزاع وفق المسطرة المنصوص عليها في المادة 19، يتم عرضه على آليات التحكيم بين الدول بناء على طلب أحد الطرفين.

يجوز لأي طرف أن يرفض اللجوء إلى التحكيم بخصوص مسألة تتعلق باستثمار منجز من قبل أحد مواطني هذا الطرف أو أحد مواطني بلد لا تربطه به علاقات دبلوماسية.

2. الغرض من التحكيم هو جعل الإجراء الذي اعتبر غير مطابق لهذا الاتفاق مطابقا لهذا الأخير من خلال حكم تحكيمي. يمكن للطرفين، مع ذلك، التوافق على السماح للحكام بتقدير وجود أضرار ناجمة عن الإجراء المتنازع عليه وتحديد التعويض عن هذه الأضرار في الحكم التحكيمي. إذا كان التعويض بموجب حكم التحكيم نقديا، فإن الدولة التي تأخذ هذا التعويض تحوله إلى ذوي الحقوق الاستثمارية المعنيين، بعد خصم نفقات التقاضي، وفقا للإجراءات الداخلية الخاصة بكل طرف.

3. لا تطبق هذه المادة على النزاعات التي نشأت أو على الإجراءات التي اتخذت قبل دخول هذا الاتفاق حيز التنفيذ.

4. يمكن للطرفين من خلال اتفاق مشترك اختيار استخدام آلية أخرى لتسوية النزاعات في مجال الاستثمار أو تشكيل لجنة تحكيم خاصة لهذا النزاع.

5. في حالة إنشاء محكمة تحكيم بالنسبة لكل نزاع، في غضون شهرين بعد استلام، عبر القنوات الدبلوماسية، طلب التحكيم، يقوم كل طرف بتعيين عضو واحد في محكمة التحكيم. ويقوم عضوا محكمة التحكيم باختيار أحد رعايا دولة ثالثة لكي يعين، شريطة موافقة الطرفين، رئيسا لمحكمة التحكيم. يعين الرئيس في غضون شهرين تحتسب ابتداء من تاريخ تعيين العضوين الآخرين من محكمة التحكيم.

6. في حالة ما إذا لم يتم الانتهاء من التعيينات اللازمة في الآجال المحددة في الفقرة 5 من هذه المادة، يجوز لأحد الطرفين دعوة رئيس محكمة العدل الدولية لإجراء التعيينات اللازمة. في حالة ما إذا كان رئيس محكمة العدل الدولية من رعايا أحد الطرفين أو غير قادر على القيام بهذه المهمة، يطلب من نائب رئيس هذه المحكمة القيام بالتعيينات اللازمة. وإذا كان نائب الرئيس من رعايا أحد الطرفين أو غير قادر على القيام بهذه المهمة، يدعى العضو الأقدم في محكمة العدل الدولية والذي ليس من رعايا أحد الطرفين للقيام بالتعيينات اللازمة.

7. الحكام:

أ) يجب أن تكون لهم التجربة أو الخبرة الضرورية في القانون الدولي العام، وفي قواعد الاستثمار الدولي والقانون التجاري الدولي، وفي حل النزاعات المتعلقة باتفاقات الاستثمار الدولية والاتفاقيات التجارية الدولية؛

ب) يجب أن يكونوا مستقلين وغير مرتبطين بأي من الطرفين أو لا يقبلوا تعليمات من أي منهما؛ و

ج) يجب أن يكونوا ملتزمين ب"قواعد السلوك المنصوص عليها في مذكرة التفاهم المتعلقة بالقواعد والإجراءات التي تحكم تسوية النزاعات" الخاصة بمنظمة التجارة العالمية (WT/DSB/RC/1, 11 Décembre 1996)، أو غيرها من قواعد السلوك التي وضعتها اللجنة المشتركة.

8. تنشئ محكمة التحكيم مساطرها الخاصة. تتخذ محكمة التحكيم قراراتها بالأغلبية. تعد هذه القرارات ملزمة للطرفين. ما لم يتفق على خلاف ذلك، فإن محكمة التحكيم تصدر قرارا في غضون ستة (6) أشهر ابتداء من تاريخ تعيين الرئيس وفقا للفقرتين (5) و (6) من هذه المادة.

9. يكون قرار محكمة التحكيم نهائيا وملزما للطرفين، اللذين يجب عليهما الامتثال له دون تأخير.

10. توافق اللجنة المشتركة على القاعدة العامة لتحديد تعويضات الحكام، مع الأخذ بعين الاعتبار ممارسات المنظمات الدولية ذات الصلة. ما لم يتفق على خلاف ذلك، يتحمل الطرفان بالتساوي نفقات الحكام، وكذا التكاليف الأخرى المتعلقة بمسطرة تسوية النزاعات.

الجزء الرابع – أجندة التعاون وتسهيل الاستثمارات

المادة 21 – أجندة التعاون وتسهيل الاستثمارات

1. تنجز وتناقش اللجنة المشتركة أجندة حول التعاون والتسهيل بخصوص مواضيع ذات الصلة بتعزيز وزيادة الاستثمارات الثنائية. تدرج المواضيع التي سيتم البدء في مناقشتها وكذا أهدافها في الملحق 1 - "أجندة التعاون وتسهيل الاستثمارات."

2. تتم مناقشة الأجندة من قبل السلطات الحكومية المختصة لكلا الطرفين. وتدعو اللجنة المشتركة، عند الاقتضاء، مسؤولين حكوميين آخرين مختصين لدى الطرفين لمناقشة هذه الأجندة.

3. يقدم الطرفان إلى اللجنة المشتركة أسماء المؤسسات الحكومية وممثليها الرسميين الذين سيشاركون في مناقشات الأجندة.

الجزء الخامس - أحكام عامة وختامية

المادة 22 : الدخول حيز التنفيذ، مدة الصلاحية، التعديل والإنهاء

1. لا يمكن للجنة المشتركة ولا نقاط الاتصال الوطنية، أو "الوسيط"، أن يعوضوا القنوات الدبلوماسية القائمة بين الطرفين.

2. يدخل هذا الاتفاق حيز التنفيذ بعد إخطار الطرفين كتابيا بعضهما البعض، باستكمال جميع الإجراءات الداخلية لكل منهما المتعلقة ببدء سريان الاتفاقات الدولية. يكون دخول حيز التنفيذ فعليا بعد تسعين (90) يوما من تاريخ استلام الإخطار الأخير.

3. يظل هذا الاتفاق ساري المفعول لفترة أولية مدتها عشر (10) سنوات. يتم تجديده تلقائيا لفترات متعاقبة من خمس (5) سنوات ما لم يقم أحد الطرفين، سنة واحدة قبل تاريخ انتهاء فترة الصلاحية، بإخطار الطرف الآخر كتابيا عبر القنوات الدبلوماسية برغبته في إنهاء هذا الاتفاق.

الملحق 1

أجندة التعاون وتسهيل الاستثمارات

إن مناقشة المواضيع المدرجة أدناه تمثل أول مبادرة لتعزيز التعاون وتسهيل الاستثمارات بين الطرفين ويمكن توسيعها وتعديلها في أي وقت من طرف اللجنة المشتركة وفقا للمصالح المتبادلة.

أ) مع مراعاة قوانينهم الوطنية، يسعى كل طرف لتقديم المساعدة لمستثمري الطرف الآخر من اجل استكمال المتطلبات التقنية والمعايير البيئية.

ب) يتفق الطرفان على أن الولوج ونقل التكنولوجيا يتوجب أن يتم تنفيذه، كلما كان ذلك ممكنا، وينبغي أن يساهم ذلك في تنمية النشاط الاقتصادي وتجارة السلع والخدمات والاستثمار المنتج.

4. دون الإخلال باجتماعاتها العادية، تقوم اللجنة المشتركة، عشر (10) سنوات بعد دخول هذا الاتفاق حيز التنفيذ، بتقييم عام لتنفيذ الاتفاق وتقديم توصيات، إذا لزم الأمر.

5. يمكن تعديل هذا الاتفاق بتوافق مشترك بين الطرفين. يدخل هذا التعديل حيز التنفيذ وفق نفس المساطر المطلوبة لدخول هذا الاتفاق حيز التنفيذ المنصوص عليها في الفقرة 2 من هذه المادة.

6. فيما يتعلق بالاستثمارات التي تم إنجازها قبل نهاية سريان مفعول هذا الاتفاق، فإن مقتضيات المادة 1 إلى المادة 20 من هذا الاتفاق تبقى سارية المفعول لمدة إضافية تمتد لسنتين من تاريخ انتهاء العمل بهذا الاتفاق.

وإشهادا على ذلك، قام الموقعان أدناه، المفوضان من قبل حكومتيهما، بالتوقيع على هذا الاتفاق.

حرر في برازيليا بتاريخ يونيو 2019 في نظيرين أصليين باللغات البرتغالية والعربية والفرنسية. وللنصوص الثلاث نفس الحجية. وفي حال الاختلاف في التأويل يرجح النص الفرنسي.

عن
جمهورية البرازيل الفدرالية

إيرنيستو إنركي فراغا أروجو
وزير الدولة، وزير العلاقات الخارجية

عن
المملكة المغربية

ناصر بوريطة
وزير الشؤون الخارجية والتعاون الدولي